

Gabriela Fiorin Rigotti

**MÍDIA: VERDADES e MENTIRAS sobre a ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como exigência parcial para obtenção da
Graduação em Pedagogia pela Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do Prof. Dr.
Guilherme do Val Toledo Prado.

**Campinas
Julho/2002**

Título: Mídia: verdades e mentiras sobre a escola pública brasileira
Autora: Gabriela Fiorin Rigotti

Aprovado em: julho de 2002

Examinadores:

Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado (orientador)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda (segundo leitor)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

| | |
|-------|--|
| R449m | Rigotti, Gabriela Fiorin. Mídia : verdades e mentiras sobre ou escola pública brasileira / Gabriela Fiorin Rigotti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002. Orientador : Guilherme do Val Toledo Prado. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Mídia. 2. Senso crítico. 3. Educação. 4. Escolas públicas. I. Prado, Guilherme do Val Toledo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título. |
| | 02-0154-BFE |

Aos meus pais pelo eterno incentivo aos estudos,

e a meu noivo, pela paciência em dividir por mais de 7 anos minha atenção com os livros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos os professores que se negaram a orientar este estudo, pois acabaram por me encaminhar ao Prof. Dr. Guilherme do Val. T. Prado - orientador e amigo, sem o qual este trabalho jamais teria se realizado.

Agradeço também aos membros desta Faculdade que não se dispuseram a entrar em contato com esta pesquisa, pois assim levaram-me a trabalhar em parceria com os membros do Laboratório de Estudos Audiovisuais OLHO - em especial, com o Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda -, o que resultou em acréscimos incomensuráveis nas análises sobre mídia e educação visual.

Agradeço ainda a todas as escolas públicas que procurei e que não acolheram a pesquisa de campo realizada para este projeto de trabalho, pois com isso cheguei à EEIPG Carlos Araújo Pimentel, a qual me abriu as portas e me deu total liberdade de trabalho.

Agradeço, por fim, aos colegas que não reconheceram como importante o tema deste trabalho, pois fizeram com que me apoiasse na fiél amiga Cíntia Mara Pedrisa e na prestativa “xará” Gabriela Domingues Coppola - presenças constantes nesta trajetória.

“Educadores e jornalistas têm mesmo de ser portadores de indignação. Mas o perfeccionismo pode levar a equívocos brutais, ou resultados opostos”.

(Aloysio Biondi)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. RESUMO | 1 |
| 2. APRESENTAÇÃO | 2 |
| 3. MÍDIA X ESCOLA: UM BREVE HISTÓRICO | 3 |
| 3.1 A situação atual do ensino público brasileiro | 3 |
| 3.2 A chegada da televisão | 4 |
| 3.3 O padrão de notícias e a retratação da escola | 6 |
| 3.4 Conseqüências da depreciação no ambiente escolar | 12 |
| 3.5 Um duelo preste a terminar | 14 |
| 4. MÍDIA + ESCOLA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO | 17 |
| 4.1 Questionários de audiência | 19 |
| 4.2 Seleção das reportagens | 25 |
| 4.3 Trabalhando com reportagem televisiva | 27 |
| 4.4 Trabalhando com reportagem escrita | 33 |
| 4.5 O Jornal do C.A.P. | 36 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| 7. ANEXOS | 44 |
| I. Questionário 1: Sobre TV | 44 |
| II. Questionário 2: Sobre jornais | 45 |
| III. Questionário 3: Sobre jornais (para pais e/ou professores) | 46 |
| IV. Jornal do C.A.P. (somente textos) | 48 |

1. RESUMO

Partindo do pressuposto que a mídia tem parcela significativa na formação dos indivíduos, esta pesquisa visa investigar os modos com que os meios de comunicação, em especial jornais, interagem com outras fontes de formação/informação dos sujeitos da escola (pais, professores e alunos) e as possíveis conseqüências desta interação de “saberes” no âmbito escolar.

Assim, o tema central tratado por esta pesquisa é o da mídia nas suas conexões com o campo da educação, na tentativa de analisar como esta participa da constituição de sujeitos, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que, de alguma forma, se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser, estar e pensar na sociedade e, conseqüentemente, na cultura em que vivem.

Pretende-se, assim, levantar questionamentos como: De que forma a mídia ajuda a construir a imagem da escola pública no Brasil? Esta imagem condiz com a realidade destas escolas? Quais outras fontes de formação/informação ajudam a compor esta imagem? Como pais, professores e alunos reagem a esta imagem?

Para tanto, começou-se com um estudo quantitativo sobre a audiência destes veículos de comunicação perante os sujeitos. Foram selecionadas, a partir disso, reportagens de jornais escritos e telejornais brasileiros que poderiam ajudar a construir a imagem do sistema público de ensino na mídia. Tais imagens e textos foram levados às salas de aula da segunda-série do ensino fundamental vespertino de uma escola pública e analisados pelos sujeitos da mesma.

Como resultado deste trabalho surge o “Jornal do CAP”, publicação escrita pelos alunos na tentativa de exprimir seu olhar sobre a escola em que estão inseridos.

Escola Pública - Mídia - Senso Crítico

2. APRESENTAÇÃO

Este estudo embasa-se na premissa de que a mídia tem parcela significativa na formação das visões de homem, mundo e sociedade construídas pelos sujeitos, conforme nos aponta LEAL (1996). Para investigar como isto ocorre na formação da visão sobre a nossa escola pública, este projeto usa a comparação e análise de reportagens veiculadas em jornais escrito e falado sobre esta instituição - comparação esta feita juntamente com os sujeitos da escola, isto é, com pais, professores e alunos.

Além de possibilitar esta investigação, este estudo pretende também ser uma motivação para que outros sujeitos se interessem pela análise da mídia e de suas relações com a educação e, conseqüentemente, para que as discussões sobre este tema sejam incorporadas nas salas de aula. Empréstando as palavras de BARROS:

“não podemos encarar os meios de comunicação de maneira utilitária, separando forma e conteúdo, fazer e pensar. A presença de novas mídias no dia-a-dia das pessoas implica na mudança da escala de valores, demandando redefinição de conceitos, numa nova compreensão dos fatos, da vida em sociedade e da própria produção do conhecimento. (...) É preciso tomar a comunicação como conteúdo da Educação. Na forma existe conteúdo” (BARROS, 1998, p.66).

É acreditando nisto, ou seja, julgando fundamental levar os meios de comunicação e as informações veiculadas por eles para dentro das salas de aulas - para serem vistas, analisadas e criticadas - que se faz esta pesquisa.

O interesse pelo tema desta pesquisa se iniciou quando me foram propostas três visitas a uma escola pública qualquer na disciplina denominada Pesquisa Pedagógica II, as quais seriam meu primeiro contato com o ensino público - uma vez que havia freqüentado até então apenas escolas particulares. Estando eu no primeiro ano do curso de Pedagogia, não havia feito nenhum curso voltado à educação antes e, na verdade, sequer tinha consciência do que era realmente lecionar.

Tinha apenas uma visão que acredito ter sido reforçada pela mídia sobre o ensino público no Brasil: minha expectativa era a de encontrar crianças esfomeadas, professores despreparados e ambientes físicos depreciados pelo tempo e pelo mau uso.

Quando cheguei à escola que iria visitar, me espantei com a diferença que existia entre minha visão e a realidade daquele local. Corpo docente bastante qualificado, limpeza e organização pareciam fazer com que a qualidade de ensino superasse, e muito, o que eu pretendia encontrar. Mas admirei-me, acima de tudo, com a quantidade de preconceitos que eu carregava comigo e, a partir de então, me engajei em procurar os motivos que me levaram a formar tais conceitos sobre o ensino público no Brasil.

Assim, esta pesquisa se mostra importante não somente para os sujeitos da escola - uma vez que poderão ter a oportunidade de analisar criticamente as informações com as quais se confrontam - mas também para mim, pois poderei relacionar meus preconceitos com seus possíveis motivos.

3. MÍDIA X ESCOLA: UM BREVE HISTÓRICO

Antes, porém, de se focar as atividades de pesquisa e seus resultados, há que se tentar compreender como as relações entre escola e mídia têm sido travadas ao longo da história brasileira.

A verdade é que temos visto, há mais de 50 anos, um duelo entre mídia e escola, cada uma delas tentando se firmar como maior responsável pela informação e formação dos sujeitos. Esta não é uma guerra recente, mas começou a agravar-se com a chegada da televisão ao Brasil.

É esta briga que tentaremos elucidar e analisar para, então, podermos propor um modo de agir sobre ela.

3.1 A situação atual do ensino público brasileiro

A situação atual do ensino, ao menos no que se refere ao destinado às populações de baixa renda no Brasil, é medíocre.

Tomemos como indicativo a gestão recorde do atual ministro da educação Paulo Renato de Souza. Durante esta, o Brasil praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental para crianças de 7 a 14 anos.

Esta realidade pode ser comprovada por um indicador criado pelo próprio ministério, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep): segundo seus números, em 1994 o país tinha apenas 87,5% das crianças desta faixa etária matriculadas no ensino fundamental. Em cinco anos, este número subiu para 95,4%.

De acordo com Fernando Rosseti, em artigo escrito para a edição especial de aniversário de 5 anos da revista Educação (São Paulo: Edit. Segmento, maio/2002, p.74) uma avaliação cuidadosa destes números torna obrigatório reconhecer que Paulo Renato é um dos ministros que mais alcançou resultados positivos entre os 50 brasileiros que ocuparam o posto desde sua criação, em 1930.

A questão é que tais dados quantitativos só retratam parte da realidade. De fato, foi uma gestão técnica, muito mais focada em criar e incrementar indicadores reconhecidos por órgãos internacionais do que em fortalecer a participação da sociedade na construção de uma educação pública de qualidade.

A parte ruim é que nem tudo estava preparado pra essa universalização do ensino fundamental. A repetência, segundo dados do Inep, baixou apenas 1,5% entre 1994 e 1999, além de haver hoje uma sobrecarga de alunos no ensino médio e, principalmente, no superior. O risco que se corre, então, é o de haver uma nova massificação da educação, igual a que praticamente arruinou com o ensino público do país.

Criado primeiramente para atender às necessidades da classe dominante, a educação pública começou a perder qualidade, segundo CARVALHO (1997), quando o Estado criou, no período militar-tecnocrático (1964-1982) uma política educacional que propagandeava falsamente uma “democratização” do ensino.

De fato, muitas escolas foram construídas (segundo o IBGE, em 1970 o Brasil tinha 17,8 milhões de alunos em todos os níveis; hoje, esse número é de 54 milhões, um terço da população total), mas não houve aumento dos investimentos estatais em educação. Assim, a mesma verba antes destinada a uma escola agora era dividida entre muitas, originando um colapso no sistema público de ensino.

Esta massificação do ensino fez com que a escola pública perdesse em status e qualidade, passando a atender prioritariamente aos filhos dos operários e, conseqüentemente, a não ser mais alvo de grandes preocupações do Estado e da classe dominante.

Atualmente, segundo dados da Unesco (Unesco/OCDE, 2000), há cerca de 21 milhões de brasileiros entre 25 e 64 anos que nunca foram à escola. Existem 15 milhões de analfabetos no país com 15 anos ou mais, o que representa, segundo o Inep, 13,3% da população desta faixa etária - número que iguala o Brasil a países como Bangladesh, Paquistão e Irã.

Talvez o Brasil ainda não tenha tido tempo suficiente para dar ensino de qualidade a todo o contingente que chegou recentemente à escola. Contudo, enquanto continuamos a esperar por avanços e a assistir a esta perda de qualidade nas escolas públicas, a televisão, surgida há pouco mais de 50 anos, se estabelece como o meio de comunicação de maior audiência da história, passando não só a ser fonte de informação e entretenimento, mas ajudando as pessoas a formar seus modos de pensar, isto é, a serem educadas para a realidade que as cerca.

3.2 A chegada da televisão

Nenhum outro veículo de comunicação obteve e obtém tamanha audiência. Adentrando as casas dos cidadãos de todas as classes sociais, a TV prende, com seu brilho e dinamismo, a atenção de uma legião de telespectadores carentes de imagens e sons freneticamente ritmados. Seu domínio é, inclusive, incomparavelmente superior ao da mídia escrita, criada ainda no século XIX.

Surgida em 1945, a TV foi tomando seu espaço nas horas de folga das pessoas. Trazida ao Brasil por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo em 18 de setembro 1950 (data de inauguração da TV Tupi, em São Paulo), logo após a “Era de Ouro” do rádio brasileiro, ganhou importância, segundo MARKS (1999), com a ditadura militar - como veículo de comunicação usado para persuadir os cidadãos a não conspirarem contra o Governo; e não parou de crescer até tornar-se um “vício”, algo de que se necessita ao chegar em casa, como se a telinha fosse sinônimo de lazer. Impôs-se, assim, também como arma de persuasão de opiniões.

De acordo com LEAL FILHO (1999), os poucos telespectadores que puderam assistir à estréia de uma então precária programação - que ia ao ar ao vivo, sem recursos técnicos e imitando o que era feito no rádio - não podiam imaginar que nascia ali o mais influente e polêmico meio de comunicação de massa:

“aquela caixinha de diversões e informações que, no começo, ainda dividia seu espaço com conversas, livros, cinema, revistas e jornais, tomou conta de tudo. Ela penetra hoje em todos os poros e frestas da sociedade. Dita hábitos, muda comportamentos, impõe padrões de linguagem, faz e desfaz na política” (idem, 2000, p. 100).

O Instituto para a Pesquisa Social da Universidade de Michigan (EUA), em pesquisa publicada em um Box da Revista Educação (São Paulo: Edit. Camelot, fevereiro/1999), afirma que crianças norte-americanas passam aproximadamente 3 horas semanais assistindo à TV. Em outra pesquisa, o Prof. Samuel Pfromm Neto, da Universidade São Paulo (USP) salienta que, se crianças entre 0 e 12 anos forem tomadas como base no Brasil, a audiência da TV pode chegar a cinco horas e meia diárias - o que corresponde, segundo ele, a aproximadamente todo o tempo que possuem para o lazer.

Diante disso, a escola pouco tem feito para incorporar a mídia, sobretudo a televisão, às salas de aula. A TV, ao contrário, há mais de 20 anos trata a educação com programas que tem o objetivo claro de instruir, passar informações e ir ao encontro dos conteúdos escolares tradicionais, os quais chamaremos aqui de “didáticos” - emprestando a classificação MAGALDI (in FISCHER, 2001, p.132).

Os primeiros Telecursos da Fundação Roberto Marinho foram veiculados entre os anos de 1977 e 1985, trazendo à programação televisiva uma estrutura geral colada ao comando dos textos didáticos que os embasavam.

De fato, eram tidos como cansativos e desinteressantes - pelo excesso de texto verbal e pobreza de imagens. No entanto, estes programas “didáticos” cresceram em número e diversidade na década de 90 e hoje se constituem em fonte de conhecimento para uma gama farta de espectadores.’

Levantando a bandeira de que a TV deve ser posta a serviço da melhoria do ensino básico, o Ministério da Educação criou, em 1995, um canal exclusivo para as escolas de todo o país, o qual passou a operar em caráter definitivo em 1996. Em convênio com órgãos estaduais e municipais, o MEC equipou a rede pública com antenas parabólicas, videocassetes e televisores, para assegurar a receptividade do canal, a gravação e o posterior uso dos programas.

Além disso, a expansão dos serviços de TV a cabo também vem permitindo, nas cidades maiores, o acesso das escolas a canais que veiculam programas “didáticos” de considerada qualidade. O canal Futura, por exemplo, dedica à escola e ao professor a maior parte de sua grade de programação, apresentando-se como “o canal do conhecimento”.

Os fatos, no entanto, mostram que a TV, quando incorporada às salas de aula, é tratada como mero recurso didático que pode, eventualmente, atenuar o desinteresse dos alunos. Segundo MAGALDI:

“Presos a suas rotinas (temáticas e metodológicas) e despreparados para o uso destes meios, os professores, em sua maioria, não conseguem articular organicamente os audiovisuais contemporâneos ao processo pedagógico. A presença dos equipamentos em grande parte das redes públicas não significa que eles estejam sendo usados com proveito.” (in FISCHER, 2001, p. 112).

Dado que a mídia, sobretudo a televisão, nos alcança em todo tempo e em toda parte, sem distinção de faixa etária, campo de atuação, classe social e econômica, não há mais como negar que este tema merece um tratamento de prioridade educacional. No entanto, a escola tem respondido a esta realidade com lamentável desinteresse.

Se for correto que, em via de regra, a escola ignora a televisão, o oposto não é verdadeiro. A TV segue, então, incorporando a educação às suas práticas e a retratar a escola a seu modo, seguindo seus padrões e suas regras.

3.3 O padrão televisivo e a retratação da escola

Este advento da televisão e a conseqüente incorporação de temas educativos em sua grade de programação fizeram com que um padrão para a retratação da escola pública brasileira fosse criado.

Emprestemos aqui os conceitos de BOURDIEU (1997). Segundo o autor, para conquistar cada vez mais espaço, o meio televisivo precisa que sua mensagem seja facilmente percebida e compreendida por todos. Para isso, a TV estabelece um padrão para tudo o que veicula, pois só assim, com esta homogeneidade, consegue abrigar à sua frente uma gama tão farta e heterogênea de telespectadores.

É este padrão que educa, deseduca, informa e forma a opinião pública. É produto de uma seqüência de operações padronizadas que criam a programação televisiva. Traz consigo, para atender às necessidades comuns a todos os telespectadores, a uniformização, os invariantes fixos e os clichês.

Seguindo as explicações de MARKS (1999), a televisão é um serviço público, concedido pelo governo federal à iniciativa privada. Não existem donos de emissoras, redes ou canais, mas sim concessionários. Eles possuem equipamentos e infra-estrutura, mas apenas detêm um direito temporário e renovável.

O modelo de concessão hegemônico no Brasil é o de exploração comercial. Segundo ele, a empresa recebe por veicular propaganda de produtos, sendo essa a sua única fonte de receita. Para captar bons anunciantes e cobrar valores altos, é preciso que apresente índices de audiência compatíveis. Está deflagrada, assim, a “guerra do Ibope”.

Até 1988, as cartas de concessão de emissoras de rádio e televisão eram prerrogativas exclusivas do presidente da República, e foram um instrumento político valioso para o Executivo, usado em momentos estratégicos, como durante o regime militar. Hoje, muitos parlamentares e famílias influentes pertencem ao quadro de concessionários.

Este contexto, ao que tudo indica, é capaz de dificultar alterações nos sistemas de concessão, no controle dos meios e, principalmente, na programação televisiva. Na busca pela audiência, cada vez mais se evidencia a repetição de programas já consagrados em detrimento do novo, do criativo. O padrão segue, assim, como única forma de retratação dos fatos pela mídia. Para completar esta idéia usemos COMPARATO:

“nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, como é o caso do Brasil, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação de massa é feita por grupos empresariais privados, estreitamente afinados com os interesses de sua classe, que controla o governo nacional e o Parlamento” (idem, 2001, p.12).

Mas não só os interesses econômicos e políticos influenciam a programação televisiva. Não se pode esquecer que a televisão, em sua busca pela audiência, veicula o que seu consumidor quer assistir. O que a ele faz sentido, o que já conhece, o que já está acostumado a ver. No momento em que liga a televisão, quer rememorar o que já conhece, o que já figurou em programas anteriores, ao mesmo tempo em que quer saber “como foi desta vez”.

Para compreendermos melhor esta relação do espectador com a mídia, tomemos MARCONDES FILHO (1992). Segundo ele, os sujeitos agem num processo de troca para com a mídia, pagando com audiência para receber entretenimento e informação. Como o ritmo da televisão é alucinante e, assim, o telespectador só tem tempo de atribuir algum significado ao que já lhe é familiar, as pessoas necessitam e cobram da mídia este padrão.

Com isso, vai-se de encontro à idéia de que há uma dominação cultural por parte de um grupo restrito de pessoas (a classe dominante, o Estado autoritário, etc) agindo sobre a grande massa social, estando esta praticamente reduzida à situação de meros receptores desta cultura. De fato, a dominação cultural pode existir; o que não parece existir é a passividade.

Tomamos aqui o conceito de passividade como a falta de ação de um indivíduo perante uma situação com a qual ele não concorda, ou por medo ou simplesmente por achar que não vale a pena discordar. É esta discordância que, segundo o autor, não existe:

“Se os que detêm o poder político, econômico, militar ou de comunicação podem impor seletivamente sua ideologia como sendo a única verdadeira, igualmente a reação, a astúcia das massas pode, por meio de suas formas de manifestação, fazer valer sua vontade. Nenhum produto de comunicação agrada se for feito exclusivamente com critérios de interesse dos que controlam a difusão de informação e comunicação em massa. Sem troca não há consenso, sem consenso não

se cria audiência. Dito de forma simbólica, sem moeda não há troca, nem equivalência nem sustentação ideológica. Portanto, nem comunicação.” (idem, 1992, p.29).

Assim, o que se produz na televisão não atende unicamente às necessidades do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a exigências que vêm da trama cultural e dos modos de ver da sociedade. Por isso, podemos dizer que a mídia espelha a sociedade e seu modo de pensar como um todo; não mais podemos pegá-la como um aparelho de simples reprodução “do que a minoria quer que a maioria pense”. Ela tende a mostrar o que a maioria pensa, pois, se assim não fosse, não sobreviveria.

O padrão televisivo, assim, pode ser tomado como uma das bases para a sustentação do senso comum. Segundo BACCEGA:

”estamos afirmando que a televisão não funciona sem assumir - e ao assumir, legitimar - as demandas que vêm dos grupos receptores; mas, por sua vez, não pode legitimar essas demandas sem ressignificá-las em função do discurso social hegemônico” (idem, 2001, p.30).

Esta homogeneização, querida e desejada pelos espectadores, é, segundo LEAL (1996), usada em toda a programação e pode ser facilmente percebida em programas de TV baseados na ficção. Novelas e seriados são o paraíso das caricaturas de tipos cotidianos, exaustivamente repetidos em diferentes tramas.

Exemplo destas caricaturas para o âmbito escolar estão nos programas humorísticos que pretendem simular as atividades em sala de aula - as chamadas “escolinhas”. Segundo LEAL FILHO (2001b), há nestas “escolinhas” a herança do rádio (retirada da “escolinha do Nhô Totico”, sucesso radiofônico dos anos 40) e a imitação constante de fórmulas de programas que atingem altos índices de audiência por serem ambientados em locais facilmente identificados pelo público em geral.

Contudo, o agravamento desta homogeneização se dá de fato quando a realidade parece estar sendo fidedignamente retratada, pois o padrão reaparece também programas de “não-ficção” como os telejornais.

Para se compreender estes programas e suas tendências ao noticiarem um fato, deve-se levar em consideração que, segundo BOURDIEU (1997), o campo jornalístico constituiu-se, no século XIX, em torno da oposição entre jornais “sensacionalistas”, ou seja, que continham apenas notícias sobre variedades e esportes, e jornais que propunham análises sobre fatos políticos, econômicos e sociais.

Com o advento da TV e, por conseqüência, do padrão homogêneo para a retratação dos fatos, houve a predileção do público por tudo que pode suscitar um interesse de simples curiosidade, não exigindo, segundo o autor, nenhuma competência prévia específica.

A TV passou a pressionar a mídia escrita, a qual, em contrapartida ao desenvolvimento da televisão, passou a perder campo: a TV, que nos anos 50 estava

pouco presente no campo jornalístico, com os anos tornou-se um dos principais fatores para a crise econômica e simbólica atualmente vivenciada pelos jornais escritos.

Neste contexto, temos hoje notícias homogêneas, na TV e nos jornais escritos (talvez ainda em menor escala), baseadas em fatos já conhecidos do grande público e que, mesmo sendo sínteses dos acontecimentos, hoje são tomadas num processo metonímico, como o mundo que conhecemos. Remetendo a PIGNATARI:

“sendo síntese, e sendo vencedora enquanto mídia, a televisão pressiona os demais veículos no sentido da síntese. (...) O risco, aqui, é o de vermos a síntese virar reducionismo, como acontece com o telejornalismo” (idem, 2000, p.490).

O grande problema nesta tendência ao reducionismo das notícias está justamente em ser pautada no senso comum, ou seja, nas visões legitimadas pela sociedade sobre dado assunto. Isso porque, se o público já as reconheceu como “verdades”, estas visões parecem não mais precisar de confirmações e, com isso, ficam cada vez mais cristalizadas em nossas mentes. O senso comum, então, tende a tornar-se (pré)conceito.

Para que os jornais consigam sempre rememorar acontecimentos passados, a notícia é conseguida através de um minucioso trabalho de escolha, através do qual um acontecimento cotidiano é selecionado para constar da história documentada. Ver esta notícia, pasteurizada para condizer com os inúmeros interesses que estão envolvidos em sua criação, é rememorar outros tantos fatos antes escolhidos e noticiados; é buscar no passado a explicação para o presente.

O telejornalismo, configurando-se hoje como a maior expressão do monopólio da produção e difusão de informações e estando em mãos das grandes redes de televisão e sob controle estatal, assim como demonstrado por SOUZA (1998), traz uma hegemonia capaz de estabelecer a história oficial escolhendo, entre tantos outros, o fato que será apresentado a milhões de pessoas. É este processo de escolha que faz possível o padrão de notícias.

Neste processo, segundo COMPARATO (2001), quando é impossível deixar de noticiar algum fato depreciativo em relação ao complexo político-empresarial dominante, o assunto incômodo que vazou para o público é imediatamente afastado, passando-se a noticiar outras matérias, em geral sensacionalistas, para desviar a atenção pública.

GOLDBERG (2001) afirma que a imprensa, de fato, distorce as notícias na busca por este padrão. Segundo ele, as emissoras de televisão estariam padecendo de um “caso terminal de doença do politicamente correto”, exagerando os problemas sociais que apresenta principalmente por temor de ser alvo de retaliações de ativistas e críticos - já que a palavra “crítica” (maior arma do jornalismo-denunciativo) é em geral tomada como sinônimo de “falar mal de”.

CORTELLA (2001) vai ao encontro desta idéia e a completa ao esclarecer que as más notícias são mais atrativas para os telespectadores:

“a mórbida relação pânico-salvação (fundamento, também, de algumas religiões e vários partidos políticos liberticidas) invadiu as preocupações da população; mostra-se o fato, instaura-se o pânico, anuncia-se a salvação” (idem, 2002, p.52).

Se analisarmos uma notícia qualquer de um telejornal, podemos verificar que a intenção é de fato educativa, ou seja, é a de aconselhar o povo a como agir perante os problemas apresentados.

SALDANHA (2001) mostra que, no início de uma reportagem, há sempre as imagens exemplares de um problema tido como social, as quais servem para comprovar os fatos e fazer um alerta. Depois de detectado o problema, vêm os conselhos, geralmente na voz de um especialista sobre o assunto.

Como as más notícias são as que chamam mais a atenção do público, as notícias exageram na retratação dos problemas - o que faz com que seus conselhos sejam mais bem recebidos. O jornal torna-se, então, um exemplo de sermão e o jornalismo-denunciativo mostra-se como cumpridor de seu papel, aumentando sua audiência e, conseqüentemente, o faturamento das emissoras.

Se for tomada a imagem sobre a educação pública como foco de análise sobre a padronização das notícias, pode-se ter um exemplo claro desta retratação de fatos uniforme e degradante. Pois mesmo cada escola tendo uma realidade multiforme, sua história documentada é escrita de forma a se destacar apenas o que nela não existe, ou melhor, o que pode ser fabricado enquanto notícia.

FISCHER (2001) declara que a TV brasileira é pressionada pela sociedade a favor da educação e, assim, não se cansa de registrar problemas de falta de professores ou de baixos salários. Com isso, julgo relevante pensar que, sendo a escola pública parte integrante desta sociedade, também ela quer que suas dificuldades sejam elencadas pela TV e seus problemas apontados, expondo seus problemas na busca por alguma ajuda.

Isso não quer dizer, porém, que qualquer imagem possa ser apresentada como retratação da escola pública sem que haja resistência. De fato, só as imagens que condizem com a realidade da sociedade são legitimadas e aceitas por ela. Porém, isso não tira da mídia, sobretudo da televisão, a possibilidade e exagerar os problemas de nosso ensino público.

Ao tratar sobre isto, os jornais parecem não querer deixar dúvidas sobre a mensagem que deverá ser “verdade”. A situação do ensino público retratada é medíocre, se não amedrontadora: na visão de BIONDI (1998), professores desqualificados e crianças sujas e esfomeadas caminhando dez, doze quilômetros para freqüentar uma escola com ambientes depreciados pelo tempo e pelo mau uso.

Mais adiante, ao entrarmos nas análises sobre as atividades práticas desta pesquisa, veremos exemplos de reportagens deste tipo. Por hora, devemos lembrar que, segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Criança (Andi) - que publicou no segundo semestre de 2001 a pesquisa “Infância na Mídia” - , em 1996 a educação ocupava a quinta posição no ranking de temas mais abordados, atrás de saúde,

direitos e justiça, violência e políticas públicas. Em 1998, assumiu o primeiro lugar, o qual ocupa até hoje.

Este aumento de interesse em relação à educação pode dever-se a muitos fatos, mas se seguirmos o raciocínio de BIONDI (2001), podemos crer que se deve principalmente a uma política pública que visa propagandear falsamente a educação como única forma de ascensão social e resolução para todos os problemas do país.

Além disso, não coincidentemente foi em 1998 que parlamentares e famílias influentes passaram a pertencer ao quadro de concessionários das emissoras de televisão, o que pode evidenciar um aumento das notícias sobre educação para encobrir outras notícias que não estão de acordo com os interesses desta camada da sociedade.

Este aumento da cobertura dos assuntos relacionados à educação no Brasil deveu-se também ao trabalho de assessoria de comunicação do MEC na gestão do atual ministro Paulo Renato de Souza, a qual marcou forte presença nas redações, mantendo a imprensa informada e atualizada sobre os programas e as ações governamentais.

A questão é que esta alta no enfoque dado à educação não possibilita um real conhecimento sobre o tema, uma vez que seu maior objetivo é de repercutir a agenda governamental e, como análise, confirmar a falta de qualidade do ensino brasileiro.

Segundo esta mesma pesquisa feita pela Andi, entre 19 mil reportagens, artigos ou editoriais publicados em 1999 nos 50 principais jornais brasileiros sobre educação, questões pedagógicas (como o atendimento à faixa etária de 0 a 6 aos e a municipalização) ficaram em segundo plano, enquanto a baixa qualidade do ensino público foi exaustivamente noticiada. Além disso, 32% das matérias sobre educação foram originadas nos órgãos oficiais, enquanto a sociedade civil e suas opiniões provocou apenas a pauta em 8,6% dos casos.

Assim, mesmo com a maior investigação de soluções na área educacional, a imprensa continua se pautando preferencialmente no Poder Público e, ao analisar suas ações, insiste em exagerar na retratação dos problemas. Embora este fato possa indicar que a mídia está fiscalizando o Estado, deixa-se de colher um panorama mais complexo e real dos problemas do setor ao se desprezar a voz de quem lida diretamente com a escola.

Este modo de retratar a educação tende a unificar todas as escolas públicas, de maneira abstrata e formal, não deixando nenhum espaço que possivelmente pudesse vir a ser preenchido com análises micrológicas e fragmentárias. A única “verdade” possível é a de um sistema de ensino precário, sobre o qual só se pode elencar deficiências.

A figura do professor, por sua vez, foi tão ou ainda mais atingida que a imagem da escola pública. Rodolfo Ferreira, professor de Sociologia da Educação da UERJ, estudou a evolução desta imagem analisando, segundo o artigo de GENTILE

(2001), reportagens publicadas no “Jornal do Brasil” por ocasião do Dia do Professor entre 1940 e 1992.

Ele conta que até os anos 60 havia um respeito celestial pela figura do professor. Quando os baixos salários e as parcas condições de trabalho começaram a ser divulgadas exaustivamente pela mídia na década de 70, o respeito acabou. Segundo ele, termos como “proletário” e “falta de dignidade” substituem “dom” e “missão nobre”.

Guilherme Canela, pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UNB, analisou, segundo artigo de GENTILE (2001), os maiores jornais do país no ano de 2000 e descobriu 211 textos com o professor como tema central. Segundo ele, a grande maioria não vai além da divulgação de programas oficiais de capacitação:

“a identidade do professor ainda é respeitadíssima; o que está distorcida é a projeção dessa identidade. Com isso, a sociedade ignora a essência do trabalho docente, o cotidiano da sala de aula e o desenvolvimento lento e gradual do aluno” (in GENTILE, 2001, p. 23).

Resta, antes de partirmos para a análise das atividades de pesquisa, buscarmos entender como os sujeitos da escola reagem a esta retratação da escola pública e quais conseqüências este retrato traz para as práticas escolares.

3.4 Reações e conseqüências da depreciação da escola

A verdade é que, vinda da TV ou de outro meio, esta máscara depreciativa imposta à escola pública aparentemente penetra aos olhos e ouvidos do sujeito - principalmente aquele que não está inserido na comunidade escolar pública e desconhece seu cotidiano -, o que lhe daria subsídios para formar o senso comum, o consenso da opinião pública, o preconceito de todos.

Porém, também a comunidade escolar acabaria por ser atingida. Pais, professores e alunos são os atores deste espetáculo; de fato, os únicos a conhecerem os “bastidores”. Contudo, também eles formam o público-alvo dos jornais. Assim, a mídia se faz capaz de editar o mundo e de nos fazer perceber até a nossa própria realidade do jeito que ela foi editada. Tomando as palavras de LOURENÇO:

“mais uma vez o mundo simbólico não representa a realidade, distanciando pessoas que deveriam estar incrustadas no processo de ensino” (idem, 1999, p.24).

Como já exposto, a mídia brasileira é pressionada pela sociedade a favor da educação e, assim, não se cansa de registrar problemas de falta de professores ou de baixos salários. Como essa retratação é exagerada, parcial e fragmentada, devemos pensar nos motivos que levam os sujeitos - principalmente os da escola - a legitimar este retrato.

Pode-se supor que a própria escola pública tende a querer que suas dificuldades sejam apontadas na busca por alguma ajuda, já que o Estado não parece conseguir resolvê-las. É a mesma lógica, segundo FISCHER (2001), que garante a audiência de programas com um “certo sentido de comunidade” (como o atual programa do *Ratinho*), que buscam acolher as minorias e seus discursos não exatamente para resolver seus problemas, mas para oferecer-lhes um espaço de reivindicação.

Isto não faz, no entanto, com que conseqüências negativas inexistam perante os sujeitos da escola. Mesmo legitimando e assumindo esta retratação, mesmo vendo nela uma chance de “voz”, ainda sim não faltam, de acordo com BIONDI (1998), exemplos de professores desmotivados porque acreditam que as escolas públicas nas quais trabalham não conseguem atender às necessidades dos educandos.

BUCCI (2001) completa esta idéia salientando que hoje a importância da imagem como noção de popularidade, a qual nos é legada pela mídia, interfere até sobre o modo como pensamos sobre nós mesmos: queremos ser desejáveis, consumíveis, vendáveis. Como o professor sofre, ganha mal e é, segundo ele, injustiçado, sua desmotivação só tende a aumentar:

“Nossa sociedade, obcecada pelas miragens sedutoras das mercadorias e pelos índices de popularidade, corroeu a imagem do professor. Fez isso por ter se esquecido do conceito de Magistério, por ter se esquecido do valor que aí reside” (idem, 2001, p. 28).

Para compreender melhor este contexto, peguemos o sociólogo suíço Philippe Perrenoud (in GENTILE, 2001). Em suas pesquisas sobre educação, percebeu que os educadores estavam preocupados com a imagem que tinham em seu país. Na busca por motivos, ele descobriu que tais profissionais se acham incompreendidos pela sociedade em suas falhas, como não saberem avaliar justamente, controlar uma classe, improvisar numa situação inesperada de sala de aula e até lidar com o vínculo afetivo necessário na relação professor-aluno. Segundo o sociólogo, esse dilemas ficam ocultos, pois não são assumidos nem discutidos, o que os leva a ser fontes de frustração, fazendo com que os professores se sintam ainda mais diminuídos.

De acordo com BIONDI (1998), alunos desinteressados também não faltam, principalmente ao constatarem que freqüentar a escola pública - esta mesma que deveria ser a solução de seus problemas e a chave do sucesso - não lhe ajudará a compreender ou encarar quaisquer desafios futuros simplesmente porque não possui sequer um mínimo de qualidade. A evasão e o fracasso escolar, com isso, tendem apenas ao agravamento.

Não são raros, ainda seguindo o raciocínio do autor, os pais que não participam ativamente da comunidade escolar, sequer aparecem nas reuniões semestrais entre pais e mestres, talvez por não acreditarem que ações de melhoria são possíveis no sistema público de ensino.

Professores e alunos desmotivados e pais ausentes seriam, então, fruto também deste processo de massificação dos acontecimentos pela mídia, em decorrência do contexto sócio-econômico e político do mundo atual; um contexto

“globalizante” que, segundo BOURDIEU (1997), se por um lado traz a possibilidade de abrir os horizontes do acesso às informações, por outro cria uma necessidade de reconhecer em todo fato noticiado algo de “familiar”.

É nesta possível contradição entre querer ser retratada e sofrer com esta retratação que a escola caminha para dentro da mídia, ao mesmo tempo em que tenta se retirar dela.

Está criado - se já não bastasse a política educacional do MEC que já expusemos anteriormente - um ciclo desqualificatório para o sistema de ensino, dentro do qual a escola tende a aproximar-se cada vez mais da imagem decadente que se tornou seu retrato.

3.5 Um duelo preste a terminar

Diante disso, ao contrário do que se possa imaginar, a escola não deixou de lutar. Apesar de sofrer com a desmotivação e outros efeitos desta “fotografia” mal tirada e exposta aos olhos de todos, pais e professores persistem em discursar sobre os malefícios da mídia, em especial da TV, principalmente com relação às crianças.

Mídia e escola seguem degladiando-se, enquanto a educação efetivamente formadora de cidadãos críticos acaba sendo esquecida. Os alunos se vêem em meio a uma verdadeira batalha, na qual sua atenção e interesse servem de corda para o “cabo de guerra”. As crianças saem da sala, de aula e de estar, e vão ao encontro da telinha. Com isso, como apontado por LEAL (1996), reforça-se a alienação dos telespectadores mais passivos e afoga-se a criticidade dos mais ativos.

O pior é que, neste conflito com a mídia, a escola parece estar em desvantagem: atualmente a maior parte da aprendizagem dos sujeitos ocorre fora da sala de aula - já que a quantidade de informações transmitidas pela imprensa excede, de longe, a quantidade de informações transmitidas pela instrução e pelos livros escolares.

Além de o número de horas passadas frente à TV superar o tempo de permanência dos alunos na escola, ainda há um agravante: a escola é obrigação, já a televisão é um prazer:

“A educação escolar tradicional dispõe de um impressionante acervo de meios próprios para suscitar em nós o desgosto por qualquer atividade humana, por mais atraente que seja na partida” (...) “É ilusório supor que existe qualquer diferença básica entre entretenimento e educação. Sempre foi verdade que tudo que agrada ensina mais eficazmente” (MARTINO, 1999, p.26).

Não vamos aqui entrar num debate sobre didática e práticas de ensino. A nós basta saber que a educação engloba não só os saberes escolares, mas também as informações trazidas pela mídia e que esta, sem dúvida, é atrativa o bastante para prender seu público por horas a fio.

Nesta luta com a escola, a mídia também acaba sendo injustiçada. Sobretudo a televisão, que é vista por intelectuais como menor ou menos importante e apropriada que outros veículos, a exemplo da mídia impressa:

“Pop, popular, irrelevante, medíocre, junk, trash, pobre, podre, tola, inútil, alienada, alienante - a televisão carrega o mesmo fardo dos veículos malditos e desprezados, no julgamento que discrimina a arte superior, de pesada relevância e posteridade assegurada, e os simulacros ligeiros que servem ao prazer imediato, gratuito e boboca da ralé” (BEIRÃO, 2001, p. 66).

A verdade é que a maior parte dos críticos não se atém é que a programação televisiva, tão combatida pelos intelectuais, é querida pelos telespectadores. Há que se levar em consideração que, nas palavras de BEIRÃO, a televisão não seria a mesma caso:

“se limitasse a talk shows inteligentes, emissões da ‘Deutsche Welle’ com concertos de Von Rarajan e edificantes programas infantis do tipo educativo. A cada um a sua linguagem, e é por esse critério, apenas por ele, que a televisão deve ser julgada. Desde que ela se comporte como mídia plural, variada e democrática, na difusão ecumênica de uma diversidade incoerente e desarmônica chamada Brasil, a sociedade já está no lucro. Nem sempre é assim, sabe-se; mas se for, é o que basta. No fundo, a TV é só espelho: ao acionar o botão, o que aparece no vídeo é a sua cara” (idem, 2001, p.67).

Não se pode, enfim, analisar a mídia, em especial a TV, sem ser por suas características e a audiência é a principal delas. Devemos sobretudo pensar em nós mesmos, em nossas atitudes enquanto espectadores, para podermos analisar seus conteúdos e, por consequência, buscar modos de agir sobre o que discordamos.

Alguns autores chegam a defender que o livre acesso ao aparelho televisivo poderia gerar problemas, que, segundo TEIXEIRA (1987), podem ser: quebra da ordem na disciplina familiar, motivada pelo desejo da criança querer assistir TV em horas destinadas a outras atividades como, por exemplo, alimentação, sono ou estudo. Diminuição do tempo dedicado a outras atividades, distúrbios de comportamento, medo, instabilidade emocional. Redução ao mínimo indispensável da expressão verbal e escrita. Consumo precoce. Adoção passiva de modismos. Aumento de agressividade nas brincadeiras. Identificação de lazer como passatempo passivo, etc.

No entanto, CARVALHO (1997) mostra que a eficiência da criança na escola não parece ser afetada por sua exposição diante da TV, a não ser que essa se prolongue e prejudique as horas de sono.

Além disso, uma programação de qualidade não é tão rara como se supõe. A volta à programação da Rede Globo do “Sítio do Picapau Amarelo” em sua terceira adaptação - a primeira foi ao ar ainda em 1952 e a segunda, entre 1977 e 1986 - é uma delas:

“os tempos hoje são outros, mas a história de Lobato segue insubstituível na literatura juvenil. Sua volta deve ser saudada como um momento de lucidez na

televisão comercial brasileira. Será uma ótima oportunidade para que cada professor ou professora, em sala de aula, multiplique com seus alunos a iniciativa de fazer da televisão um caminho em direção à boa leitura” (LEAL FILHO, 2001c, p.82).

Ademais, de acordo com FABRÍCIO (2000), proibir a criança ou retirar dela as possibilidades de ter acesso a tudo que julgamos errado, prejudicial ou não condizente com a realidade é como, na prática, impedi-las de viver e, pior, de estarem preparadas para enfrentar o mundo real.

Desta forma, nesta pesquisa não está sendo condutora a premissa de que os alunos, assim como os demais sujeitos da escola, devem assistir menos TV ou ter menos contato com qualquer outra mídia. Ao contrário, o que se pretende é instigar um contato ainda maior, mas com um olhar crítico.

Não se acredita, portanto, em uma disputa entre escola e meios de comunicação. Em oposição, crê-se em uma educação que englobe tais meios e as notícias por eles veiculadas, já que assim pode-se realizar uma educação que se atrele ao cotidiano de alunos, pais e professores. Pois:

“na disputa entre meios de comunicação x escola e família - não é possível haver ganhadores e perdedores. Evidencia-se, cada vez mais, um intercâmbio das agências de socialização na construção da cidadania” (BACCEGA, 2001, p.31).

4. MÍDIA + ESCOLA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Faz-se emergencial, enfim, a abertura da escola para a entrada da mídia. Emprestando as palavras de LEAL :

“ressaltar a importância de se valorizar e explorar os programas de TV na escola, quando já se fala e se usam tecnologias mais avançadas, aos olhos do mundo pode parecer arcaico, mas aos olhos da educação é o primeiro passo rumo à modernidade” (idem, 1996, p.9).

Caberia à escola, modernizar-se. Segundo CHANG (1998), a única forma de a escola conseguir emergir deste rio de “nãos” no qual se afoga é abrir-se para a diversidade de informações recebidas pelos sujeitos fora do âmbito escolar e incorporá-la ao ambiente de sala de aula. Levar a “inimiga” para dentro de sua fortaleza é a melhor, talvez a única, medida cabível à escola.

Seguiremos o raciocínio de FISCHER (2001) para compreender melhor esta questão: segundo ela, a mídia não produz preconceitos e estereótipos, mas os reforça após já terem sido legitimados e assumidos como senso comum pela sociedade. No entanto, não podemos esquecer que a sociedade e suas crenças estão sempre em mutação, em movimento. Assim, os discursos sociais estão a todo momento sendo alterados em função dos valores sociais vigentes.

Desta forma, podemos supor que, para permitir que uma imagem cristalizada como (pré)conceito seja modificada, devemos primeiramente assumir que nós a legitimamos. Assumindo este fardo e colocando esta imagem em discussão, podemos vir a modificar o nosso olhar sobre a questão e, com isso, colocar o discurso social em movimento - consequentemente abrindo caminho para a alteração desta imagem.

Não deve tardar, enfim, para a escola entender que a supremacia dos meios de comunicação é incondicional e que a mídia deve passar de “inimiga” à “aliada”. Parar e prestar atenção aos jornais, por exemplo, traz à escola a possibilidade de enxergar, dentro da notícia, as contradições presentes em todo produto produzido por mãos humanas.

É de responsabilidade da escola trazer um momento de crítica sobre as notícias. Isso porque, cada vez mais não há tempo para o exercício da reflexão crítica em meio ao ritmo alucinante pelo qual as informações chegam até os sujeitos. Assim, este instante de reflexão implicaria em uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Debates, palestras e trabalhos escolares sobre a televisão são fundamentais para mudar o atual estado do ensino.

Há que se considerar, contudo, que a abertura da escola para a mídia, mesmo ainda tímida, já começou. De acordo com LEAL FILHO (2000), é cada vez maior o número de alunos de primeiro e segundo graus envolvidos com trabalhos sobre mídia, além de estar se multiplicando as palestras de especialista, ouvidas atentamente pelos jovens. Ainda, sem nenhuma ligação entre eles e por iniciativa própria, educadores em várias regiões do país estão, segundo o autor, começando a colocar a mídia em debate na sala de aula.

Mas só isso não basta. Mudar o modelo de escola tradicional é um dos melhores caminhos, pois este modelo, calcado no saber do professor e dos livros, não corresponde mais a uma sociedade que respira tecnologia:

“Vivemos a era da informação. Além da TV, do rádio e dos veículos impressos, hoje temos também a onipresente informática e a irresistível Internet. A civilização do livro tem que se adaptar a essa revolução, sob o risco de ser página virada na História. (...) Nossa escola é insubstituível, mas deve incorporar com urgência as mudanças tecnológicas” (MELO, 1998, p. 20).

Faz-se, então, necessário que a escola modernize seus conteúdos, mas também que reveja suas posturas perante os alunos. Não cabe mais encara-los como meros receptores tanto de saberes escolares como de informações veiculadas pela mídia.

Para tanto, OLIVEIRA (2001) salienta que o educador deve se preparar de forma abrangente, inclusive adquirindo conhecimento sobre as especificidades da linguagem midiática e até mesmo criando técnicas de análises dos meios de comunicação. É fundamental, segundo ela, que o professor passe por um processo de reeducação do olhar, do escutar, do pensar e do expressar-se.

O estudo da mídia, em suas características e seus produtos, é uma necessidade latente na formação dos profissionais da educação, pois só assim teremos a possibilidade de garantir uma formação de sujeitos aptos a analisar criticamente a realidade que os cerca. Quanto mais aprendermos sobre a linguagem das imagens audiovisuais, quanto mais nos debruçarmos atenciosa e prazerosamente sobre esse objeto, mais ampliamos nosso entendimento do que seja efetivamente o currículo escolar - algo que ultrapassa a relação e distribuição de conteúdos e disciplinas ao longo de séries e níveis de ensino. Nas palavras de FISCHER:

“Mergulhar nesse universo das diferentes formas e estratégias de produção, veiculação e recepção de artefatos culturais é participar de uma investigação sobre nós mesmos, nossa cultura, as relações de poder em nossa sociedade, os modos de constituir sujeitos e de interpretar indivíduos e grupos sociais” (idem, 2001, p. 109).

Segundo LEAL FILHO (2001a), ainda não há muitas bases teóricas e bibliográficas nas quais o educador possa se embasar, mas esta realidade parece estar mudando e assim a mídia vai sendo dessacralizada, deixando de ser um maquinário inacessível para se tornar instrumento formativo e educativo.

Na busca por caminhos para esta formação do educador, BRUZZO (1999) aponta que acompanhar filmes, jornais e até imagens publicitárias pode ser um indicador importante na condução das práticas educacionais que pretendam garantir o direito à educação vinculada às questões candentes da sociedade atual.

O pensador uruguaio Mário Kaplun vai ao encontro desta necessidade de reciclagem quando, segundo MELO (1998), propõe que o educador atual reveja sua prática e, a partir disso, desenvolva um ecossistema comunicacional, tratando das relações entre professor e aluno, escola e comunidade e mídia e público.

Pode parecer impróprio depositar no professor e na escola tantas expectativas de mudanças. No entanto, tais propostas não são nada novas, já que o primeiro a propor foi o renomado professor Paulo Freire. Ele acreditava que todo aluno deve ser estimulado a construir o próprio conhecimento resolvendo problemas trazidos da sociedade, de seu cotidiano. Só assim poderá levar de volta para essa sociedade um conhecimento aproveitável e produtivo:

“Ele levou os professores a refletirem sobre as práticas comunicativas, defendendo uma pedagogia participativa” (MELO, 1998, p.21).

Seguindo esta lógica, pode-se propor mudanças simples de conduta, principalmente nas relações professor-aluno, como um ponto de partida para o desenvolvimento de uma “educação para a comunicação”:

“segundo esta trilha, comprometido com seu tempo, atento às mudanças de comportamento, de mentalidade que surgiram e surgirão com a era tecnológica, o educador poderá tornar-se um agente transformador dentro da realidade em que vive, um produtor de cultura, um mediador insubstituível no processo de incorporação do cotidiano de seus alunos à vida escolar, no processo de dar sentido às mensagens massivas” (OLIVEIRA, 2001, p.32).

Com isso, a motivação do professor e a de seus alunos deverá aumentar e, em consequência, sua imagem deverá se refazer não só perante a comunidade escolar, mas talvez também na mídia. Além disso, atrelando o cotidiano aos saberes escolar, a escola poderá motivar os pais a participarem mais ativamente da comunidade escolar.

Buscando, enfim, compreender as relações entre mídia e educação, focaremos agora as atividades práticas da pesquisa - tentando também achar um modo de intervir nesta temática.

4.1 Questionários de audiência (* modelos em ANEXO I, II e III)

Levar as reportagens coletadas em jornais para serem discutidas em sala de aula entre alunos, professores e pais é, segundo LEAL (1996), uma das possibilidades de se trabalhar a mídia na escola, o que propiciaria condições a estes sujeitos de compreender, no conteúdo do fato noticiado, o que é ou não condizente com a realidade que vivenciam.

Deve-se deixar claro, porém, que o que se está propondo não é o uso da mídia como método, mas como conteúdo. Acredita-se que, assim como exposto por BRUZZO (1999), a permanência da mídia fora da escola é tão ruim como sua presença integral na sala de aula. Assim, exibir um filme para economizar a prática educativa ou como pretexto para desandar a falar do ponto da matéria são opostos igualmente recusáveis.

Tentou-se promover um ambiente propício para a leitura crítica da mídia quando levou-se reportagens de jornais escritos e televisivos às salas de aula da escola estadual Carlos Araújo Pimentel.

Porém, antes de se focar estas atividades de pesquisa, deve-se salientar que, segundo EZPELETA e ROCKWELL (1984), a escola não é seguramente a mesma em todo o mundo capitalista.

Assim, tem que ser levado em consideração que este estudo foi realizado na escola Carlos Araújo Pimentel (também conhecida com C.A.P.) com as duas salas de aula da segunda-série do ensino fundamental do período vespertino, no período entre agosto e novembro do ano de 2000.

Tal instituição escolar atende a crianças das classes média baixa e baixa. Fundada aproximadamente há 30 anos, tem sua função ligada apenas ao ensino fundamental de primeira à quarta-série.

A idade média de ingresso dos alunos à instituição está entre 7 e 8 anos, havendo uma média de 30 alunos por sala. Os professores atuam sozinhos em sala de aula, inexistindo a ação de profissionais de outras áreas na instituição, à exceção de pesquisadores e estagiários.

O projeto pedagógico utilizado é o tradicional e os alunos possuem atividades extras, como estudos do meio e comemorações festivas. As avaliações se dão pela forma de provas ou trabalhos e a disciplina é rigorosa, com horários pré-definidos, filas, uniformes e sanções punitivas.

Pôde ser verificado também que os alunos desta escola não têm como prática os trabalhos em grupo, a socialização das experiências e a interação - procedimentos tão abordados hoje como essenciais para o aprendizado e, senão principalmente, para sua formação como cidadãos críticos de seu meio social.

Acredita-se na importância destes dados já que, segundo TEIXEIRA (1987), muitas são as variáveis que atuam sobre a interação dos meios de comunicação com as crianças, sendo uma delas o tipo de escola que frequentam.

Enfim, tal escola foi escolhida justamente por aparentar espelhar as condições pressupostas como básicas nas escolas públicas brasileiras em termos de clientela atendida e projeto pedagógico aplicado.

Já as segundas-séries foram escolhidas, primeiramente, porque objetivou-se trabalhar com alunos que estivessem iniciando sua vida acadêmica, uma vez que, assim como exposto por CARVALHO (1997), ter de viver num grande grupo como a escola implica a aprendizagem de habilidades e atitudes que diferem essencialmente daquelas que são necessárias num pequeno grupo, como a família por exemplo.

A concepção trazida pela autora nos remete à escola como um local de aprendizagem não só do currículo formal, mas também do oculto. Tal currículo oculto, incessante na sociedade capitalista e presente principalmente no modelo pedagógico tradicional, serve, segundo ela, para educar os alunos como servidores,

para serem trabalhadores que - como só executam ordens - não precisam aprender a questionar.

Não se acredita que a escola ou qualquer outra forma de educação consiga fazer com que as pessoas tornem-se completamente passivas ao mundo, sem poder de escolha ou sem ação perante o que não concordam. Mesmo assim, a escolha das segundas-séries deu-se pelo fato de os alunos estarem começando sua vida acadêmica e, assim, poderem não estar ainda tão envolvidos nestas regras ocultas de conduta presentes na escola.

Além disso, segundo SOUZA (1998), somos educados para entender as informações trazidas pelos meios de comunicação sem que precisemos investigar e questionar os dados realmente ocorridos.

Sendo, enfim, a maior preocupação da pesquisa fazer com que os sujeitos da escola tenham a possibilidade de questionar as informações sobre a escola pública a que têm acesso por jornais visuais/orais e escritos, tentou-se buscar um grupo de alunos ainda não tão educados para tais informações quanto pessoas adultas - pressupõe-se que esta educação se dê processual e continuamente.

Na verdade, pensou-se primeiramente, por todos estes motivos, em realizar o trabalho com salas de primeira-série. Porém, isto não seria viável, já que pretendeu-se trabalhar com jornais escritos e tais crianças, ao menos curricularmente, ainda não estão preparadas para ler e interpretar textos complexos como os de jornais.

Para se compreender esta pesquisa ainda necessita esclarecimento o termo mídia aqui utilizado. Segundo a enciclopédia Larrousse Cultural, pode-se dizer que:

“Uma mídia é um equipamento técnico que permite a comunicação em suas mais diversas formas: Textos, sons, gráficos, imagens (fixas, animadas e sonorizadas). Segundo sua modalidade de comunicação, ou seja, seu modo de disposição ao público, podem ser distinguidas 3 famílias da mídia:

1- a mídia autônoma: Que inclui todos os suportes sobre os quais são inscritas mensagens: Livros, jornais, discos, CDs, microsulcos, suportes de áudio e vídeo, softwares. (...)

2- a mídia difusa (rádio, televisão): Em que os programas são encaminhados por meio de cabos elétricos, satélites, etc. Esses meios de teledifusão têm em comum o funcionamento em sentido único (emissor-receptor).

3- A mídia de comunicação: A que permite instaurar à distância e em duplo sentido uma relação dialógica entre duas pessoas ou grupos (ou entre uma pessoa ou um grupo) e uma máquina que compreende uma bateria de programas ou de serviços. Entre estes dispositivos figuram o telefone, a videografia difundida (teletexto) ou interativa (videotexto) e a telemática, doméstica ou profissional”. (idem, 1988, vol. XX, p. 4048).

Assim, a mídia nesta pesquisa utilizada vem tanto da linha autônoma, por jornais escritos, como da difusa, por parte da televisão. O foco de análise deste ensaio, desta forma, está nos telejornais veiculados pelos canais abertos em horário nobre e em jornais escritos.

Para, então, iniciar a pesquisa de campo, foi feito um estudo quantitativo, através de dois questionários (em anexo), sobre a audiência de jornais perante os sujeitos da escola.

Os primeiros sujeitos que responderam ao questionário foram os alunos - uma vez que o fizeram dentro da escola. Estes alunos (61 no total), têm idades entre 7 e 14 anos:

| | | | | |
|--------|--------|--------|---------|---------|
| 81% | 08% | 07% | 02% | 02% |
| 8 anos | 7 anos | 9 anos | 10 anos | 14 anos |

O questionário distribuído aos alunos apresentava questões acerca de programas de televisão. Isso porque, quando indagados informalmente sobre a leitura de jornais, os alunos foram enfáticos em responder que não possuíam interesse para com este tipo de veículo de comunicação. Por isso, quisemos fazer uma introdução ao tema “mídia”, conversando mais abertamente com os educandos sobre suas preferências e atitudes enquanto telespectadores.

Com este questionário pôde ser confirmado que estes não possuíam, ao menos a princípio, nenhum interesse em assistir e/ou ler reportagens de jornais.

Quando indagados sobre seu programa predileto, responderam:

| | |
|-----|-------------------|
| 35% | Pokemón |
| 26% | Eliana & Cia |
| 17% | desenhos animados |
| 07% | Chiquititas |
| 05% | Xuxa |
| 03% | Angélica |

Desta forma, vê-se que nenhum dos alunos hesitou em apontar seu programa predileto, o que pode ser relacionado com o fato de todos os 61 alunos assisti-los cotidianamente.

Pode-se perceber ainda que, segundo tais respostas, o público infantil pesquisado dirige sua atenção a uma programação destinada a seu segmento e que é influenciado por modismos, já que o programa predileto da maioria destes alunos foi o desenho animado de origem japonesa Pokémon - muito em moda durante a pesquisa. Este modismo, segundo CARVALHO (1997), influencia no comportamento infantil:

“depois de passarem horas em frente à TV, as crianças reproduzem fielmente falas, gestos e comportamentos de seus heróis prediletos. Basta que se observe o dia-a-dia, tanto na escola como em casa e na rua, para perceber como personagens de programas televisivos estão fortemente presentes nas brincadeiras infantis, sobretudo os dos desenhos animados” (idem, 1997, p. 02).

Tal influência se justifica, de acordo com a autora, porque os desenhos animados contam com uma linguagem audiovisual potentíssima para captar a

atenção das crianças, alcançando sua mente e sensibilidade, permitindo à criança identificar-se com os personagens, seus conflitos e problemas.

É importante notar que, ainda segundo a autora, ao presenciar uma narração que toque tanto seu lado racional como emocional, a criança começa a fantasiar sobre um segmento contado que possa auxiliá-la na resolução e superação de seus conflitos internos. Assim, esta não é uma influência que possa ser tida como unicamente negativa.

Ainda no questionário, quando os alunos responderam se membros de sua família assistem a tais programas tidos como prediletos junto com eles, 30 alunos responderam sim. Desta forma, pode-se notar que apenas a metade dos alunos entrevistados tem companhia para assistir a tais programas, sendo esta principalmente dos pais ou das mães.

Acredita-se que este seja um dado importante porque, se os responsáveis estão presentes no momento em que a criança assiste a um programa televisivo, espera-se que possam ajudar seus filhos a questionar tal programação:

“o papel da família no processo de assimilação desses valores e comportamentos (referindo-se àqueles transmitidos pela mídia) é fundamental” (MARKS, 1999, p.18).

Não tendo, enfim, a orientação da família para a análise da programação televisiva, podemos supor que a metade dos alunos entrevistados pode estar com sua formação crítica para a mídia sendo mutilada. Caberia, então, à escola preencher esta lacuna.

Indo ao encontro da questão sobre programas prediletos estão as respostas sobre em que horário tais alunos assistem televisão: 29 alunos responderam período matutino e 32 alunos referiram-se ao final da tarde - ambos horários com programação destinada ao público infantil.

Por fim, foi perguntado aos alunos o que prefeririam se tivessem de escolher entre brincar ou assistir ao seu programa predileto: 23 alunos apenas prefeririam brincar, enquanto a maioria constituída por 38 alunos preferiria assistir televisão - o que pode comprovar a hipótese levantada pelo Prof. Samuel Pfromm Neto, de que quase todo o tempo destinado ao lazer é dispendido pelas crianças diante da TV.

Os pais destes alunos também responderam a um questionário sobre a audiência dos jornais visuais/orais e escritos. Tais pais têm idades entre:

| | |
|-----|--------------------|
| 68% | entre 31 e 40 anos |
| 16% | entre 41 e 50 anos |
| 08% | com até 30 anos |
| 08% | acima de 50 anos |

Na primeira questão, estes pais responderam se costumavam assistir a jornais televisivos: 42 dos 61 pais entrevistados responderam que sim. Citaram, então, seus jornais prediletos:

| | |
|-----|-----------------|
| 57% | EPTV |
| 26% | Jornal Nacional |
| 10% | Jornal da Globo |
| 07% | outros |

Com isso, já se pode notar a supremacia da Rede Globo de Televisão sobre a preferência destes pais quanto a jornais televisivos.

Também responderam se costumavam ler jornais e, neste quesito, 35 pais disseram que não, enquanto 26 pais responderam afirmativamente, salientando a preferência por:

| | |
|-----|-----------------------|
| 62% | Correio Popular |
| 16% | Diário do Povo |
| 07% | O Estado de São Paulo |
| 07% | Folha de São Paulo |
| 04% | Primeira Mão |
| 04% | outros |

É importante notar que destes 26 pais que lêem jornais cotidianamente, apenas 2 responderam, na pergunta anterior, que não costumavam assistir a jornais televisivos. Assim, pode-se notar que o jornal escrito parece complementar o veiculado pela TV, já que os que dele se utilizam também o fazem com o visual/oral e aqueles que só acessam um dos meios, prefere o jornal veiculado pela TV.

Percebe-se, então, que o jornal televisivo consta como preferido entre a maioria dos pais, podendo-se, então, supor que a fascínio da TV não cai somente sobre as crianças.

Alguns dos pais tiveram a preocupação de justificar suas resposta e, assim, pode-se ter algumas pistas de por quê o jornal televisivo é preferido por eles: por ser mais dinâmico, econômico, rápido, atual e por não precisar da leitura.

Dentre os 12 pais que salientaram preferir o jornal escrito, 5 também justificaram suas respostas, mostrando que, para eles, o jornal escrito é mais variado, completo e regionalizado.

Os pais também foram questionados quanto aos assuntos de sua preferência presentes nos jornais:

| | |
|-----|-----------|
| 45% | educação |
| 22% | saúde |
| 13% | esportes |
| 13% | outros |
| 4% | violência |
| 3% | empregos |

A preferência pelo tema educação - a qual deve refletir uma preocupação destes pais para com a formação de seus filhos e, conseqüentemente, com a

qualidade da escola que freqüentam - vai ao encontro do aumento das reportagens sobre o assunto. Afinal, como já exposto, acredita-se aqui que também o público, com sua audiência, rege a programação midiática.

Com este questionário, pode-se notar que os jornais estão presentes no cotidiano da maioria dos pais e que estes também acreditam na importância destes instrumentos informativos na formação de seus filhos.

Ainda responderam a este mesmo questionário as duas professoras das segundas-séries do período vespertino - respostas que parecem condizer com as dadas pelos pais.

Ambas as professoras disseram assistir cotidianamente o Jornal Nacional e ler diariamente o Correio Popular - ambos jornais tidos por muitos dos pais como preferidos. Aliás, uma das professoras salientou que, de fato, preferiria poder assistir ao Jornal EPTV em sua primeira edição (que vai ao ar por volta do meio-dia) por ser destinado à região de Campinas, mas não pode fazê-lo porque está trabalhando neste horário.

Ambas responderam, do mesmo modo que a maioria dos pais, que preferem ter acesso ao jornal televisivo e que o assunto preferido, assim como o que seria a base do jornal de hoje - se pudessem escolher - é a educação.

Por fim, também expuseram que acham importante seus filhos lerem/assistirem a jornais, pois, segundo ambas, este veículo é a maior fonte de informações da sociedade atual.

4.2 Seleção de Reportagens

A partir das respostas dadas nestes questionários, foram selecionadas reportagens de jornais brasileiros, de circulação visual/oral e escrita, as quais continham imagens que, de alguma forma, ajudariam a construir a imagem da escola pública na mídia.

Tais reportagens foram retiradas do jornal televisivo EPTV primeira edição (também conhecido como Jornal Regional) e do jornal escrito Correio Popular, pois estes foram os mais apontados como vistos/lidos nos questionários de audiência.

Dentre as reportagens retiradas do veículo televisivo, selecionou-se:

- 1) Arquitetura escolar desqualificada em escola pública de Piracicaba
Jornal EPTV 1ª edição, 23/02/2000
- 2) Falta de vagas para alunos de 5ª a 8ª séries em Campinas
Jornal EPTV 1ª edição, 24/02/2000
- 3) Professores de Americana, formandos em Pedagogia, têm diploma desqualificado pelo MEC
Jornal EPTV 1ª edição, 24/03/2000

Já dentre as reportagens escritas, conseguiu-se selecionar:

- 4) FARJALLAT, Célia Siqueira - Creche Gustavo Marcondes. In: Jornal Correio Popular, Caderno Cidades, Coluna Bate-papo, 16/02/2000.
- 5) PIMENTA, Paula - Falta de documentos impede envio de verbas. In: Jornal Correio Popular, Caderno Cidades, Coluna Bate-papo, 08/03/2000.
- 6) (reportagem local, repórter não identificado - Aula de xadrez ajuda infratores a estudar. In: Jornal Correio Popular, Caderno Cidades, Coluna Bate-papo, 07/03/2000.

Devemos, primeiramente, tentar analisar nossa prática como telespectadores/leitores neste momento, buscando o por quê de estas reportagens terem sido escolhidas em detrimento a outras.

De fato, tentou-se selecionar reportagens variadas, que trouxessem aspectos positivos e negativos sobre a instituição escolar pública e seu cotidiano. Nesta busca, no entanto, esta variedade só foi possível porque usamos duas mídias - a escrita e a televisiva.

No período no qual houve esta seleção (entre os meses de fevereiro e março de 2000), foi possível encontrar somente reportagens transmitidas pela televisão em caráter denunciativo, ou seja, que primeiro expunham o problema, em geral colocado como fonte do descaso do Poder Público, para então apresentar o jornal como uma entidade social que está agindo na busca por soluções. Eram reportagens com ares pessimistas ao julgar a qualidade de ensino, corpo docente e as instalações físicas das escolas - fato que pode ser tomado como prova do tendencionismo em exagerar as más notícias defendido por autores como GOLDBERG(2001) e CORTELLA (2002).

Já no veículo escrito a variedade foi maior: muitas das reportagens encontradas apresentavam problemas, mas algumas também traziam aspectos positivos, como auxílio da comunidade escolar para com as tarefas escolares em geral (auxílio voluntário) e projetos criativos de trabalhos em sala de aula - prova de que a mídia escrita ainda não foi totalmente levada ao reducionismo evidenciado pelos telejornais.

Podemos remeter a análise desta conjuntura à FISCHER (2001), a qual esclarece que, como os discursos sociais estão sempre em movimento, temos sempre um enunciado, uma idéia predominante - a qual é a base do senso comum. No entanto, isso não exclui a possibilidade de haverem outros discursos circulando no mesmo momento e que estes não podem vir a tomar o lugar de predominante.

Assim, se tomarmos um conjunto de notícias sobre a escola pública com origens midiáticas variáveis e investigarmos que discurso tem sido construído sobre ela, deveremos obter um farto material que evidenciará um enunciado predominante - no caso o de uma escola decadente - , como também outras idéias como a de uma escola lutadora, com professores que servem com todo o amor à sua profissão, com alunos que lutam para continuar seus estudos e com pais que tentam ajudar a instituição da melhor forma que podem.

Levar estas reportagens para serem analisadas pelos sujeitos da escola seria, então, uma forma de fazer com que possam ter contato também com estes discursos não-predominantes, mas também verdadeiros - o que pode suscitar novas práticas e conseqüentes mutações do senso comum.

É importante notar que não apenas na época desta seleção observaram-se reportagens acerca da escola pública e que, no período entre junho e julho de 2000, houve uma diferença nos temas veiculados, principalmente no que se refere aos jornais televisivos.

Neste período, o que antes podia ser visto na TV - uma escola pública decadente - já não parecia mais existir. Neste momento, as escolas públicas eram retratadas como escolas de grande qualidade, principalmente no que se refere aos criativos e dinâmicos projetos de aula.

Isto pode ser explicado porque, nesta época, o Governo Federal Brasileiro estava tentando traçar um projeto de promoção do ensino público. Assim, pode-se ter uma prova da manipulação e distorção da realidade pelas emissoras de televisão - não coincidentemente nas mãos de grandes empresários e parlamentares.

Para complementar, pode-se remeter a análise desta conjuntura às palavras de SOUZA (1998), já que, segundo ele:

“o monopólio da produção e difusão da informação, em mãos das grandes redes de TV e sob o controle do Estado, definem um tipo de poder político que também escapa às análises convencionais. Trata-se de ‘construir o real’, de definir o real, de incluir e excluir atores, forças sociais no quadro do real apresentado a milhões de pessoas. As coisas, os acontecimentos, as pessoas, os movimentos sociais, as idéias, as propostas, as alternativas existem, ou não, através de um único canal, na ponta do qual se coloca à vontade de um grupo, classe e Estado. Na outra ponta milhões de pessoas recebem o pacote de imagens que se pretende passar como a realidade inquestionável” (idem, 1998, p.26).

Enfim, conseguiu-se selecionar três reportagens visuais/orais e três escritas, todas condizendo com os interesses desta pesquisa.

4.3 Trabalhando com reportagem televisiva

Tais reportagens selecionadas foram levadas à escola, uma a uma, tentando-se mesclar assuntos e textos escritos com visuais/orais. As preocupações para isso foram muitas, principalmente a de não tornar as atividades cansativas e monótonas para os alunos.

Objetivou-se uma discussão paulatina e conseqüente sobre a homogeneidade transmitida pela mídia quanto a este tipo de ensino e sua conseqüente influência na formação das consciências. Pois as imagens e textos que agem neste processo de construção intervêm não somente nos conceitos formulados pelos telespectadores e

leitores em geral, mas também na conduta de professores e alunos, como nos sugere BIONDI (1998).

Para que os sujeitos da escola, em especial os alunos, tivessem real interesse nas atividades da pesquisa, um trabalho introdutório foi realizado. Como nos questionários de audiência os alunos não demonstraram interesse em ler ou assistir jornais, o tema mídia foi introduzido de modo a não tornar a pesquisa algo desmotivante para eles.

Para isso, levou-se à escola primeiramente um especial produzido pela Rede Globo de Televisão sobre programas infantis ao longo dos 50 anos deste meio de comunicação no Brasil. Os alunos ficaram extremamente entretidos com o vídeo, reconhecendo personagens e programas e perguntando, a todo o tempo, sobre os que não conheciam - o que pode ser tomado como prova do fascínio da TV.

Após este, outro programa especial produzido por esta emissora foi levado à escola, o qual trata sobre os maiores “furos” do jornalismo nestes 50 anos de televisão brasileira. De fato, o interesse dos alunos não foi o mesmo que o constatado com o primeiro especial. No entanto, os alunos se mantiveram atentos e alguns salientaram já terem visto uma ou mais das notícias ali apresentadas.

O tema jornal foi abordado e os alunos comprovaram oralmente que não se interessam em assisti-los ou lê-los. No entanto, muitos salientaram que acham importante ter acesso aos jornais, pois são necessários para que o sujeito esteja em contato com a realidade, principalmente quando em localidades longínquas.

Enfim, na ocasião da primeira reportagem a ser discutida com os sujeitos da escola, levou-se até eles uma de veiculação televisiva, retirada do jornal EPTV primeira edição em 23/02/00, a qual abordava as dificuldades enfrentadas em uma escola pública de Piracicaba, principalmente no que se refere à arquitetura escolar.

Tal reportagem é uma entre muitas encontradas nesta pesquisa, as quais têm em comum o fato de apresentarem os problemas das instituições públicas de ensino no Brasil.

Este material foi escolhido como primeiro por dois motivos básicos. O primeiro refere-se à tentativa de trazer aos sujeitos da escola - professores e alunos que a assistiram - um cotidiano escolar que não condiz com o que vivenciam. Pois, ao menos no que pôde ser visto durante o trabalho de campo, esta escola não possui problemas em sua arquitetura.

Esta escolha baseou-se ainda em um aspecto imediato, que condiz com a incapacidade de, até aquele momento, mais de 70% dos alunos participantes do projeto ainda não serem capazes de ler textos escritos, principalmente extensos e complexos como os de um jornal. Assim, seria irreal tentar um trabalho com um texto escrito neste momento.

Faz-se, aqui, necessária uma descrição detalhada das imagens contidas nesta reportagem, uma vez que, em uma notícia televisiva, a atenção do espectador volta-

se para elas, sendo a narrativa um coadjuvante para seu desenvolvimento e entendimento, assim como nos sugere BOURDIEU (1997).

Imagem I) Uma porta fechada

- A narrativa, nesta primeira imagem, é "diacrônica", isto é, age como adjetivo para rotular o que se vê. É, de fato, uma introdução, sendo o único momento em que é mais importante que a imagem na construção da notícia.

Imagem II) A câmera "abre" e aparecem 2 portas fechadas.

- A narrativa torna-se um instrumento explicativo da imagem, sendo denominada "sincrônica". A imagem passa a ser o foco principal e a narrativa torna-se uma espécie de "metáfora", pois toma 2 portas fechadas como se todas as salas de aula desta escola estivessem em desuso.

Imagem III) Foco fechado em um buraco no teto, com fios elétricos soltos

- A narrativa segue adjetivando a imagem como "metáfora". Enquanto esta parte do teto é focalizada, há a fala de que o teto está desabando e a parte elétrica da escola como um todo está comprometida. Segue ainda explicando que, por causa disso, um sistema de rodízio entre as turmas é utilizado para que os alunos possam fazer uso das poucas salas de aula que ainda estão em condições de uso - um meio, inclusive, de justificar as duas primeiras imagens. No entanto, este rodízio não aparece em nenhuma imagem, sequer um profissional desta escola é trazido para falar sobre ele.

Imagem IV) Alunos em sala de aula

- A narrativa continua a salientar as dificuldades e os problemas enfrentados pela escola, ainda havendo falas sobre o suposto rodízio. No entanto, ao focarem uma sala de aula, a narrativa entra em contradição com a imagem: enquanto se elenca problemas, uma sala de aula limpa, aparentemente espaçosa e com mobiliário novo e em bom estado é mostrada aos telespectadores.

Imagem V) Entrevista com diretora

- A fala da diretora tenta explicar que a escola está enfrentando problemas, mas a comunidade escolar está agindo na busca de soluções. Porém, sua fala é cortada e emendada ao narrador, que passa a discursar sobre as dificuldades de a comunidade agir sobre o problema, já que não há apoio da Prefeitura Municipal.

Imagem VI) Panorâmica do pátio

- A narrativa segue elencando os problemas encontrados nas salas de aula. Porém, parece não haver imagens explicativas para este texto e, assim, uma panorâmica do pátio é colocada ao ar. Com isso, a narrativa volta, rapidamente, a ser "diacrônica", já que precisa tomar a atenção do telespectador.

Imagem VII) Educação Física no Pátio

- A narrativa salienta que, como não há quadras esportivas em condições de uso, os alunos têm suas aulas de Educação Física no pátio, o que atrapalharia os alunos e professores nas salas de aula. Mais uma vez o texto é "metafórico", pois apresenta um problema que poderia ser circunstancial como estrutural.

Imagem VIII) Entrevista com uma aluna

- Uma criança com cerca de 7 anos é tomada para denunciar os problemas que pode sofrer tendo aulas no pátio, já que salas estariam fechadas. Problemas de coluna e deficiências no aprendizado são colocadas por ela, que termina seu texto salientando que isto se refletirá na formação das crianças que formam "o futuro do Brasil". (Fica, então, uma questão: Seria espontâneo de uma criança de 7 anos falar em crianças como o futuro do país, ou estaria esta aluna induzida a esta fala?)

Imagem IX) Foco na quadra poliesportiva

- Não há, de fato, narrativa de informação. Diz-se que a quadra está abandonada, mas não há referências se esta quadra faz ou não parte da área escolar ou a quem caberia sua manutenção. Um canto tomado por vegetação rasteira aparece na imagem rapidamente, enquanto o texto, novamente "metafórico", denuncia que "o mato tomou conta de tudo".

Imagem X) Vidro tampado com inseto

- O texto coloca que os bichos estão por toda parte na escola e que, inclusive, são um risco, pois já picaram alguns alunos. No entanto, não se informa de que inseto se trata, se é ou não peçonhento nem o mostra no espaço escolar, mas em um vidro fechado.

Imagem XI) Entrevista com mãe de aluno

- A mãe tenta salientar que os pais estão envolvidos com a escola na busca de melhorias, tentando fazer o melhor possível. Porém, mais uma vez a fala é emendada ao texto narrativo, que enfoca a falta de funcionários para a manutenção e limpeza desta escola. É importante notar que, nesta imagem, a mãe é focada não no centro da tela, mas do lado direito do telespectador, pois ao fundo, do lado esquerdo, pode-se ver uma parede bastante suja e com a pintura descascada.

Ao final da reportagem, a apresentadora do jornal afirma que este é um exemplo claro da condição caótica em que se encontram as escolas públicas brasileiras, tentando, assim, salientar um modelo homogêneo de escola que não serviria apenas para as escolas da região, mas de todo o país.

Por fim, afirmou que o jornal teria tentado entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Piracicaba para pedir esclarecimentos e providências, mas que ninguém pôde prestar informações.

Com isso, pode-se perceber que a notícia, neste caso, é uma mercadoria, uma promotora de denúncias sociais. O serviço da emissora seria o de tentar um elo entre o problema - que aparece como sendo da sociedade em geral uma vez que as

notícias sobre ensino público enquadram-se neste padrão - e a solução por parte do poder público. Configura-se, assim, o “jornalismo-verdade” ou jornalismo-denunciativo.

Escolhida a reportagem, foi o momento de levá-la à escola e analisá-la com seus sujeitos.

A primeira reação apresentada foi asco, nojo - “pela sujeira, pelos bichos, por tudo” (conforme a fala de um aluno) - a qual começou a aparecer ainda enquanto a reportagem estava sendo exibida.

Também houve admiração e surpresa por tamanho o caos apresentado. Os olhares à tela demonstravam estranheza pelas imagens, e falas como “aqui não é assim”, “aqui não tem esses bichos” e “nossa escola ao menos é limpa” levantaram em coro, em extremo alvoroço.

Os alunos - para salientar as diferenças entre a reportagem e o que vivem - começaram a qualificar a escola onde estudam: enfatizaram que nesta instituição existe corpo docente qualificado, pessoal para manutenção, merenda escolar, salas de aula para todos os alunos, sala de vídeo, biblioteca, sala para professores, diretoria e coordenação; as paredes foram recém-pintadas, há um pátio para o recreio - com 3 grandes árvores frutíferas, quadra poliesportiva e banheiros para meninos e meninas (além de um somente para professores).

As crianças também apontaram que, diferentemente das que eram retratadas na reportagem, estão sempre uniformizadas e, caso tenham problemas financeiros na compra de material escolar, podem adquiri-lo junto à escola. Uma das professoras completou, colocando que esta não é uma “escola-modelo”, como outras da região para as quais são destinadas maiores verbas para treinamento de professores e manutenção/reformas, mas que, mesmo assim, é uma escola que não possui os problemas apresentados na reportagem.

Também houve uma fala de comparação entre aquelas imagens e uma outra escola estadual de Campinas (Newton Silva Telles):

“Essa escola parece muito com o Newton aqui do lado, tia. Lá é assim, tudo porco, sem professor...”.

É importante ressaltar que, ao ser indagado sobre a fonte desta informação, este sujeito respondeu:

“Ah, tia! A gente sabe, né? Minha mãe já me contou... Ela viu no jornal como é lá...”.

Assim, há uma evidência de que a mídia ajuda a formar as visões tidas pelos sujeitos acerca dos assuntos que aborda.

No entanto, não pode ser esquecido o fato de esta escola citada se localizar muito próxima à escola na qual realiza-se a pesquisa, o que pode indicar uma visão

comunitária dos moradores, um senso comum - o qual é, numa relação dialética, influenciado pela mídia.

Analisando-se estas falas, pode-se notar que há uma influência da mídia na formação das visões dos sujeitos da escola, mas não uma influência que consiga barrar questionamentos e críticas. Pois, se assim o fosse, talvez tais sujeitos da escola não tivessem a capacidade de comparar imagens e textos com sua realidade pessoal.

Em pesquisa realizada para o “Projeto Aprendiz” em 16 escolas públicas e particulares da cidade de São Paulo, pôde-se notar, segundo BIONDI (2001), que os resultados não confirmam a imagem preconceituosa de uma juventude materialista, egoísta, avessa aos estudos e alienada pela TV. Ao contrário, 69% dos jovens que participaram da pesquisa - na faixa etária entre 15 e 20 anos - possui alto interesse por programas educativos, 63% costuma assistir a programas de entrevistas e 80% utiliza os telejornais para se manter informado. Além disso, 79% acredita que a TV mascara a verdade, mesmo nos jornais, para ter mais audiência ou para que o público consuma os produtos anunciados. COSTA (1994) vai ao encontro desta idéia:

“... toda pessoa cria uma série de mecanismos de defesa, neutralizando, aniquilando ou reforçando as intenções dos comunicadores. (...) A pesquisa de audiência revela que os veículos de comunicação não exercem controle totalitário, como se os indivíduos estivessem passivos e acríticos e sem outras mediações. Estes mecanismos de defesa permitem que a interpretação das mensagens ocorra a partir de padrões de referência de cada pessoa que, inclusive, pode selecionar os usos da mídia” (idem. in PUCCI, 1994, p. 192).

Acredita-se, desta forma, que os sujeitos da escola não recebem informações de forma passiva e acrítica. Eles possuem a capacidade de análise destas informações e esta deve ser estimulada.

É importante esclarecer, contudo, que pôde-se verificar, na comparação entre estas reportagens e o cotidiano da instituição, muitos problemas vividos no dia-a-dia desta instituição. Um deles pode estar no fato de mais da metade dos alunos (com idades entre 7 e 14) não estar completamente alfabetizada, o que impossibilitou, inclusive, o andamento das atividades previstas anteriormente - conforme relataremos mais adiante.

Outro problema pode residir na falta de comunhão entre escola e família, havendo a hipótese de estes pais terem uma visão sobre o ensino público basicamente formada pelo senso comum e, conseqüentemente, pela mídia.

Até então, os sujeitos que fizeram parte deste relato correspondem a alunos e professores, que estão dia-a-dia dentro da instituição escolar. Os pais - os sujeitos da escola mais afastados dela - não participaram da atividade e, assim, não puderam ser ouvidos.

O fato é que tais pais raramente aparecem na escola, pois não possuem atrativos para tal, segundo a fala de um dos alunos:

“Meu pai não vem porque trabalha. Mas minha mãe é que não quer vir mesmo... Ela diz que, se no caderno de recados só vem coisa ruim, imagine se ela vier pessoalmente. Aí sim que vai ser uma bronca só...”

Pode-se pensar, então, que a mídia ajuda a formar a visão de seus espectadores/leitores quando apresenta, de forma tendenciosa os assuntos que aborda. Porém, parece que os sujeitos mais afetados acerca desta influência, ao menos quando pouco questionada, são os sujeitos mais distantes da escola, no caso, os pais - o que leva alunos e, conseqüentemente, professores a serem afetados também. Confirma-se, assim, a triade professores e alunos desmotivados e pais ausentes.

Até por isso é necessário fazer um trabalho de “educação para a mídia” com alunos e professores. Pois, se é fato que as crianças contam a seus pais sobre seu dia na escola - como levantado informalmente por muitos dos alunos participantes deste projeto - pode-se supor que tais assuntos trabalhados possam ser inclusive debatidos na esfera familiar, suscitando nestes pais “ausentes da escola” a possibilidade de reverem suas posições.

Levar, então, reportagens para dentro da escola e discuti-las em grupo (prática não muito utilizada dentro desta instituição) parece ser primordial para este estímulo do questionamento de alunos, professores e pais.

4.4 Trabalhando com reportagem escrita

Dando continuidade à comparação e análise das reportagens selecionadas junto aos sujeitos da escola, tentou-se trabalhar agora com uma reportagem escrita, retirada do jornal Correio Popular em 08/03/2000.

Veiculada no caderno “Cidades”, a reportagem de Paula Pimenta intitula-se “Falta de documentos impede envio de verbas” e, como o próprio nome sugere, trata sobre projetos para área de educação que estariam parados em Brasília por demora no cumprimento de exigências por parte da Prefeitura Municipal de Campinas.

As motivações para que esta reportagem fosse levada à escola neste momento foram muitas. A primeira pode ser tida pelo fato de, nesta pesquisa, se tentar mesclar fatos noticiados pela mídia televisiva e pela escrita, tanto para que possíveis diferenças entre estes meios de comunicações pudessem ser mais claramente observados, como para que os sujeitos da escola não se desinteressassem ao ter um contato freqüente com um único tipo de mídia.

Além disso, este primeiro texto levado até a comunidade escolar noticia, de certo modo, problemas com o ensino público - uma vez que parece objetivar o apontamento do descaso por parte do poder público para com a educação. Com isso, este poderia sugerir uma continuidade às discussões originadas anteriormente.

Para que uma melhor análise possa ser conduzida, acredita-se relevante transcrever tal texto:

“Pelo menos quatro projetos nas áreas de Educação Fundamental e Infantil, que deveriam trazer verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para Campinas, estão prejudicados pela demora no envio de documentações por parte da Prefeitura. Os projetos foram encaminhados no início do ano pela Secretaria Municipal de Educação ao Ministério da Educação (MEC).

Um dos setores prejudicados foi o de Educação Especial no Município. De acordo com informações da Secretaria de Ensino Especial em Brasília (DF), por meio da assessoria de imprensa do MEC, o projeto que visa a compra de material para alunos portadores de necessidades especiais e capacitação de professores teve parecer favorável no dia 02 de maio deste ano.

O projeto, que consta no processo n.º 23400020771-9974, prevê o envio de R\$ 39,3 mil para a Educação Especial em Campinas. Contudo, a verba só pode ser liberada pelo FNDE assim que a Prefeitura apresentar as documentações exigidas como cadastro, declaração de tributos, certidão legal, recolhimento do FGTS, e outros. A Prefeitura não informou os valores e as áreas abrangidas pelos outros três projetos prejudicados pela falta de documentos.

A assessoria de imprensa do MEC informou que o repasse já poderia ter sido feito, se as documentações estivessem em dia.

Estes projetos vêm sendo enviados ao MEC para solicitação de verbas anualmente. Até o ano passado, a verba chegou dentro do prazo previsto, segundo o coordenador do Programa de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino, Júlio Della Corte.

‘Para este ano nós solicitamos verbas para compra de equipamentos caros que estamos precisando, como software específico para atendimento dos deficientes visuais, máquina de xerox especial, equipamento de adaptação para outros físicos e outros como lupa, papel sulfite, filmes e livros sobre Educação Especial’, explica Corte.

Além da verba enviada pelo FNDE, a Prefeitura precisa dar uma contrapartida. ‘Este dinheiro está fazendo falta. Muitas vezes falta material. O essencial está sendo feito, mas poderíamos estar atendendo melhor’, coloca o coordenador.

Das 196 escolas municipais, pelo menos 120 trabalham com a Educação Especial, onde estão matriculados cerca de 600 alunos portadores de necessidades especiais”.

Quando, então, da apresentação desta reportagem em sala de aula, a atividade não pôde ser realizada como previsto.

A primeira dificuldade surgiu quando os alunos receberam cópias do texto e apresentaram grandes dificuldades em sua leitura e interpretação.

A atividade já havia sido programada levando-se em conta que uma reportagem como esta poderia trazer certa dificuldade de entendimento. Para tanto, a

leitura do texto pelos alunos partiria da manchete, passando-se a analisar a foto. Só então uma leitura do texto completo seria conduzida pelos professores e uma discussão em grupos seria realizada, havendo uma discussão geral com a sala em seqüência.

Esperava-se, por serem alunos de segunda-série, que todos estivessem alfabetizados e que fossem capazes de interpretar textos simples e curtos. Como estas expectativas condizem com o currículo formal desta série, não houve a preocupação em se averiguar se as salas selecionadas apresentavam ou não tais conhecimentos - até porque este estudo não objetiva a avaliação de quaisquer integrantes da comunidade escolar.

Contudo, os alunos não conseguiram acompanhar a leitura dirigida, mesmo esta sendo mais lenta e pausada que o convencional. Esta dificuldade fez com que o interesse pela atividade caísse substancialmente, o que trouxe grande agitação por parte dos alunos e descontentamento por parte das educadoras.

Quando indagados sobre isto, os estudantes ressaltaram que não possuem interesse por leituras, sobretudo quando densas e não acompanhadas de desenhos coloridos, caso dos jornais.

“Nós já dissemos que não gostamos disso. Não sei porque você trouxe...” - um dos alunos colocou, e outro completou: “Olha, tia, eu mesmo disse que acho jornal importante. Eu sei que a gente precisa saber das coisas, mas gosto muito mais quando, que nem da outra vez, a gente vê TV. É bem mais legal, não é gente?”.

Um “éééé...” ressoou pela sala e, verdadeiramente, finalizou a atividade.

As professoras também foram questionados quanto à dificuldade dos alunos e sua conseqüente desmotivação. Foi consensual, por parte de ambas, que mais da metade dos 61 alunos participantes das atividades de pesquisa não estaria totalmente alfabetizada e que o gosto pela leitura, apesar de bastante incentivado no ambiente escolar, não está presente, de modo geral, em nenhuma das duas sala. Segundo elas, os alunos apreciam quando uma história é lida para eles, e não por eles.

“A gente tenta, mas não dá prá forçar...” e “Os pais deles acham que a gente aqui tem que fazer tudo. Vê se comprem livros pros filhos!” são exemplos de que a escola reconhece seu papel de formadora dos sujeitos, mas aponta que há na família também uma parcela de responsabilidade frente ao processo educativo.

Aparentemente, enquanto os alunos apontam (como descrito anteriormente) que os pais não comparecem à escola porque não se sentem acolhidos - já que são chamados a participar da educação de seus filhos apenas quando estes apresentam problemas - , a escola cobra sua presença e aponta suas responsabilidades. Pode-se perceber, assim, que a escola não está em conflito apenas com a mídia, mas também com a família de seus alunos, o que pode aumentar ainda mais a distância entre a educação e o cotidiano dos alunos.

Convém colocar que, mesmo não estando previsto, este incidente foi de grande valia para a pesquisa. Isso porque fez com que um problema vivido no dia-a-

dia escolar fosse ressaltado, podendo-se então ter uma comprovação de que há problemas, de fato, nas escolas públicas, mas estes não necessariamente condizem com o que é noticiado pelos jornais. Aliás, no período dentro do qual as reportagens foram selecionadas, problemas como a dificuldade ou o desinteresse de alunos do Ensino Fundamental para com a leitura não foram encontrados nem na mídia escrita nem na visual/oral.

Quanto à análise desta reportagem pelos demais sujeitos da escola, esta também não ocorreu. Os pais novamente foram convidados a participar do debate e não compareceram. Já as docentes, frente ao fato de terem se tornado os únicos a poder ou querer analisar o texto, preferiram se abster mesmo após ser sugerido que outros integrantes do corpo docente e administrativo participassem da discussão.

Passou-se, então, a formular substitutos para as atividades que continham reportagens escritas, para que, desta forma, a pesquisa pudesse ter continuidade.

Enfim, chegou-se à conclusão, após sucessivas consultas aos alunos e professores envolvidos na pesquisa, que o melhor encaminhamento seria substituir a leitura de jornais pela formulação de um jornal escolar, o qual passou a ser o eixo norteador deste estudo.

4.5 O Jornal do C.A.P. (* modelo em ANEXO IV)

A idéia de se criar uma publicação escrita, que pudesse circular pela comunidade escolar e noticiar fatos tidos por ela como importantes, bem como apontar benfeitorias e problemas da escola, surgiu mediante um imprevisto ocorrido no processo de coleta de dados. No entanto, acabou por ser uma fonte de motivação para os sujeitos envolvidos em sua formulação e de grande valia para este estudo.

Perante a impossibilidade de se continuar analisando reportagens escritas com os sujeitos da escola, a coleta de dados para a pesquisa, primeiramente, pareceu estar comprometida. Afinal, tanto a mídia televisiva quanto a visual/oral eram objetos de estudo e, sendo assim, não parecia caber a exclusão de nenhum destes meios de comunicação.

Tentando-se sanar o problema, muitos diálogos ocorreram tanto com a diretoria e a coordenação da escola, como, e principalmente, com os educadores e educandos envolvidos. Analisando-se a questão e confrontando-a com o currículo formal destinado as segundas-séries e, conseqüentemente, com os conhecimentos prévios dos alunos, pôde-se ter a visão de que, talvez, o processo da escrita de um texto pudesse transcorrer mais harmoniosamente que o da leitura neste caso em específico.

O “jornal” (entre aspas porque durante a pesquisa só foi formulada uma edição e, assim, não pode ser tido como publicação periódica) também se configurou como um meio pelo qual os alunos puderam dar suas opiniões quanto à escola, o que aparentemente não acontece com frequência nesta instituição. Além disso, foi

proporcionada aos alunos a possibilidade de trabalhar em grupos, o que também não havia sido observado até então.

Ainda, mesmo não sendo um objetivo reconhecido ao início, esta publicação acabou por ser um possível instrumento de ligação entre a escola e os pais. Isto porque se constituiu como um meio pelo qual os pais poderiam estar tomando contato com o dia-a-dia de seus filhos na escola ou, ao menos, sobre o que os alunos pensam sobre ela.

A circulação interna nas escolas de publicações periódicas escritas, em geral tratando sobre fatos e acontecimentos do âmbito escolar, não é uma idéia inovadora. Muitas instituições escolares publicam os chamados “jornalinhos” e outras, que não o fazem, podem ainda buscar em outras publicações um suporte para debates em sala de aula.

A importância de se ter jornais voltados à comunidade é ressaltada pelo artigo de CATALÃO (2000), o qual mostra que, na França, existem hoje quatro jornais dirigidos unicamente ao público infantil, todos com objetivo de apresentar a atualidade de forma lúdica e criativa, com uma linguagem simples e de fácil entendimento.

Tais publicações, de acordo com a autora, chegam às casas de crianças e jovens de 7 a 17 anos diariamente pelo correio. Com isso, os jornais também informam os pais: em sondagem recente sobre os hábitos durante estas leituras, 80% dos “assinantes-mirins” afirmaram lê-los em companhia das mães - sendo que a metade destas tem nestes tablóides sua única fonte de informação. As escolas também estão, segundo CATALÃO (2000), incorporadas a este contexto, pois os jornais estão sendo utilizados como suporte pedagógico, sendo que o maior deles (com tiragem de 13 mil cópias) chega a 75% destas escolas.

A importância de se ter um modo de expressão próprio da comunidade é apontada por MARCONDES FILHO (1992), que coloca a publicação de jornais como complementar às atividades com objetivos de criticar a mídia:

“(o jornal) é a forma de o indivíduo poder afirmar-se e fazer valer sua posição sem ser deglutido pelas máquinas de informação oficiais, públicas ou privadas, que tudo fazem, menos solucionar os problemas e as necessidades da população” (idem, 1992, p.162).

Com isso, o autor sugere que o jornal escolar possibilitaria a alunos e professores a oportunidade de repensar seu cotidiano escolar e, conseqüentemente, de reinterpretar o que diariamente é veiculado sobre educação nos jornais, possibilitando, assim, uma maior compreensão acerca dos interesses e mecanismos que estão envolvidos na criação de uma notícia - o que poderia dar-lhes condições de ler o que está em suas “entrelinhas”.

Visando, então, dar à comunidade escolar a possibilidade não só de criticar o que assistem e lêem, mas também de escrever seu cotidiano segundo sua própria visão sobre ele, foi lançada aos alunos a idéia de escreverem o “jornal do C. A. P.” - idéia que teve aceitação imediata.

Divididos em grupos, os alunos primeiramente escolheram os assuntos que seriam temas das reportagens. Como sugerido pelas professoras, apenas constariam do “jornal” assuntos e fatos ocorridos em ambiente escolar, mas não necessariamente em sala de aula. Com isso, temas como “brincadeiras na hora do recreio” e “a festa da primavera” foram publicados junto a temas de aula como “estudo da água” e “estudo do meio no planetário” - promovendo o atrelamento das atividades de pesquisa a temas estudados em sala de aula.

A seguir, os alunos nomearam, para cada um dos grupos, um coordenador que teria a responsabilidade de organizar as idéias e escrever o texto da reportagem. Cada grupo escolheu, dentre os levantados, o tema sobre o qual gostaria de escrever e, em seguida, escreveu - com o auxílio da professora responsável pela turma - uma reportagem. Com isso, acredita-se que o interesse individual pode se unir ao coletivo, possibilitando a expressão de idéias e a socialização.

Almejava-se, então, corrigir os textos produzidos em um processo conjunto entre professores e alunos. No entanto, havia um calendário de visitas à escola a ser cumprido e o período de trabalho estava chegando ao fim - impossibilitando inclusive que as outras reportagens televisivas coletadas fossem levadas à escola como planejado.

O “jornal”, neste ponto já diagramado e impresso - novamente sem a participação dos alunos por questões de tempo - , foi então distribuído a todos os alunos e às professoras que participaram deste estudo, configurando-se por fim como uma forma de se devolver à pesquisa aos sujeitos que a fizeram possível.

É importante notar que o “jornal” produzido aparentemente é uma tentativa por parte dos alunos de exaltar as qualidade da escola que freqüentam. Talvez por terem tido contato apenas com reportagens depreciativas sobre escolas públicas antes de fazerem o jornal , o resultado foi um jornal escrito com certa resistência.

No entanto, isto não significa necessariamente uma perda no potencial crítico dos textos produzidos. Ao contrário, de certo modo poderiam ser tomados como uma comprovação da capacidade destes alunos em se rebelar quando entram em contato com uma notícia que não condiz com a realidade que vivenciam. Além disso, acredita-se que esta reação tende a desaparecer conforme forem sendo escritas outras edições - o que, segundo a administração da escola, deve ocorrer periodicamente a partir de agora.

Perante esta reação, pode-se salientar que deve haver uma grande influência da mídia na formação das visões dos sujeitos sobre a realidade que os cerca. Contudo, não se refere a uma influência inquestionada, acrítica. Assim como apontado por LEAL (1996), subestima o sujeito quem acredita em uma mídia capaz de calar e “emburrecer”.

O fato é que o “jornal” deu aos sujeitos da escola a possibilidade de exprimirem o que pensam sobre a instituição na qual estão inseridos, além de possibilitar a abertura da escola para a mídia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim das análises realizadas sobre as atividades de campo, este estudo pôde evidenciar algumas marcas que a mídia produz nas visões de homem, mundo e sociedade construídas pelos sujeitos da escola.

Pôde-se notar que há uma tendência da mídia em exagerar os problemas da escola pública, já que é pressionada pela sociedade a favor da educação. Pode-se supor que a própria escola pública tende a querer que suas dificuldades sejam apontadas na busca por alguma ajuda, já que o Estado não parece conseguir resolvê-las.

Além disso, as más notícias parecem chamar mais a atenção do público, que parece ver na mídia uma chance não exatamente de resolver seus problemas, mas ao menos de este ser um espaço de reivindicação.

Neste ponto, podemos então levantar a questão: o que há de verdade e o que há de mentira na retratação da escola pública brasileira por nossa mídia jornalística?

O que se pôde perceber com este estudo é que o limiar entre o que condiz ou não com a realidade é sutil demais para se falar em verdades e mentiras. Como nada no jornalismo é imparcial, como todas as notícias dependem de inúmeros interesses para serem escolhidas, produzidas, veiculadas e analisadas, não deve haver uma retratação fiel dos fatos, assim como não pode haver a veiculação de fatos infundados.

Pôde-se notar que a depreciação do ensino público brasileiro reforçada pela mídia, sobretudo pela televisão, atinge a comunidade escolar e contribui para agravar os problemas por ela vivenciados - no caso da escola visitada, problemas com alfabetização e, principalmente, pais ausentes. Assim, pode-se evidenciar o ciclo desqualificatório para este sistema de ensino, dentro do qual a escola tende a aproximar-se cada vez mais da imagem decadente pela qual é retratada.

Dizer que a mídia, em sua tendência em exagerar problemas, nos traz mentiras sobre a escola pública é tão ingênuo quanto crer que ali estão sendo retratados fatos em sua mais pura verdade. A manipulação do fato para condizer com o padrão, ou seja, com o senso comum da sociedade, ao que tudo indica existe e não pode mais ser ignorado.

Ao se analisar as reportagens selecionadas junto à comunidade escolar e, sobretudo, ao se trazer à escola a possibilidade de criar um veículo jornalístico próprio, pretendeu-se possibilitar a alunos, professores e, em consequência, aos pais, a oportunidade de repensar seu cotidiano escolar e de reinterpretar as notícias que recebem da mídia.

Não se pode deixar de salientar, contudo, que não só o educador e a escola devem ser responsáveis por estas mudanças. A sociedade e o Estado também devem fazer sua parte.

Algumas iniciativas estão surgindo e parecem apontar para uma nova realidade. Tramita atualmente no Congresso Nacional um projeto de Lei que, se aprovado, fará a inclusão nos currículos do ensino médio e fundamental da disciplina “Introdução à Comunicação de Massa”. O texto, já aprovado pela Comissão de Educação do Senado e que aguarda leitura no plenário da Câmara dos Deputados, traz como maior justificativa o fato de ser capaz de alavancar o interesse pelo uso da mídia como instrumento fundamental para a compreensão da realidade.

Também a sociedade está se mobilizando. Há hoje iniciativas como a ONG TVer, que discute a qualidade da programação televisiva no Brasil. O grupo iniciou suas atividades em agosto de 1999 e mantém a proposta de pensar sobre a televisão, apresentando iniciativas práticas para o envolvimento e a participação da sociedade.

Para tanto, o Tver publicou um guia para ser usado por professores que queiram discutir programas televisivos em sala de aula, além de se dispor a realizar palestras para difundir a idéia de que é preciso refletir sobre o tema.

Não se pode esquecer, contudo, que a família também deve cumprir seu papél. A melhor atitude que pode ser tomada pelos pais, segundo FABRÍCIO (2000), é a orientação, o acompanhamento, a explicação e, sobretudo, o diálogo.

Contudo, os resultados da pesquisa não demonstram uma atitude bastante satisfatória dos pais com relação a esta questão. Segundo questionário, quando os alunos responderam se membros de sua família costumam assistir com eles seus programas prediletos, apenas a metade respondeu afirmativamente.

Acredita-se que este seja um problema que deve ser combatido, pois se os responsáveis não estão presentes no momento em que a criança assiste a um programa televisivo, perdem a oportunidade de ajudar seus filhos a questionar tal programação.

Enfim, iniciativas existem. Cada escola pode e deve desenvolver formas de trabalhar o conteúdo midiático em ambiente escolar de forma condizente com suas convicções e necessidades particulares. O que não cabe mais é que a escola continue a censurar os conteúdos midiáticos em sala de aula. De acordo com LEAL FILHO (1999), educar para a mídia é um dos maiores desafios que pais e professores têm pela frente nos dias de hoje.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCEGA, Maria Aparecida - A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. São Paulo: Edusp, 2001.
- BARROS, Laan Mendes de - Da forma ao conteúdo. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1998.
- BEIRÃO, Nirlando - A cada um sua linguagem. In: Revista Bravo!. São Paulo: D'Ávila, 2001.
- BIONDI, Aloysio - Vale a pena ser herege. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1998.
- BIONDI, Aloysio - Desconhecido e injustiçado. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2001.
- BOURDIEU, Pierre - Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRUZZO, Cristina - Filmes e Escola: isto combina? In: Jornal Semestral do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino. Campinas: Unicamp, 1999.
- BUCCI, Eugênio - A máquina: o professor. In: Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, 2001.
- CARVALHO, Lucimeire de - Estudo referente às possíveis influências da programação televisiva em crianças em idade pré-escolar. Campinas: s/n, 1997.
- CATALÃO, Nanan Para um leitor muito especial. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2000.
- CHANG, Ya Jen - O educador na busca da inteligência. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1998.
- COMPARATO, Fábio Konder - A democratização dos meios de comunicação de massa. In: Revista USP. São Paulo: Edusp, 2001.
- CORTELLA, Mário Sérgio - A possível utopia. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2002.
- COSTA, Belarmino Guimarães da - Indústria Cultural: análise crítica e suas possibilidades de revelar e ocultar a realidade. In: PUCCI, Bruno - Teoria crítica e educação. São Paulo: Vozes, 1994.
- EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie - A escola: relato de um processo inacabado de construção. México: 1984.
- FABRÍCIO, Maria de Carvalho - TV na Infância: orientação é fundamental. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2000.

FISCHER, Rosa Maria Bueno - Televisão & Educação: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GENTILE, Paola - Como se constrói identidade. In: Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, 2001.

GOLDBERG, Bernard - Bias: A CBS inside exposes how the media distort the news. Hardcover, 2001.

LEAL, Sandra do Rocio Ferreira - Televisão: Presença na vida, ausência na escola. Guarapuava, s/n, 1996.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo - Educar para a TV. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1999.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo - Olhar de estudante. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2000.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo - Com o pé na universidade. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2001.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo - Ensino debochado. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2001.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo - Monteiro Lobato de volta. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 2001.

LOURENÇO, José Augusto De Mattos - Mais um campeão de audiência. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro - Quem manipula quem? Petrópolis: Vozes, 1992.

MARKS, Cecília - Fique ligado. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1999.

MARTINO, Luís Mauro - Uma inteligência particular. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1999.

MELO, Clayton - Na era da informação. In: Revista Educação. São Paulo: Segmento, 1998.

OLIVEIRA, Tânia Amaral - A importância da "telinha" no mundo contemporâneo e o papel do professor diante das novas tecnologias de comunicação. In: Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas. São Paulo: IBEP, 2001.

PIGNATARI, Décio - O paleolhar da televisão. In: NOVAES, Adauto (org.) - O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SALDANHA, Luciana Einloft - O Sermão no Jornal Nacional. Campinas: s/n, 2001.

SOUZA, Herbert José de - Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis, Vozes, 1998.

TEIXEIRA, Luiz Monteiro - A criança e a televisão: amigos ou inimigos? São Paulo: Loyola, 1987.

7. ANEXOS

ANEXO I. Questionário 1: Sobre TV

Nome: _____ Idade: _____

Vamos falar sobre a TV e sobre sua família?

1)Qual é o nome de seu programa predileto?

2)Seus pais e irmãos costumam assistir a seu programa predileto com você? Se a resposta for não, qual programa vocês mais gostam de assistir todos juntos? Por quê?

3)Em que horário você mais assiste televisão: Pela manhã, à tarde ou à noite? Por quê?

4)E se você tivesse de escolher entre brincar e assistir ao seu programa predileto, o que você escolheria? Por quê?

5)Agora, que tal fazer um desenho bem legal sobre o que você mais gosta de ver na TV?

ANEXOS

ANEXO II. Questionário 2: Sobre jornais

Nome: _____ Idade : _____

Vamos falar um pouco sobre os jornais da TV?

1) Você gosta de assistir a algum jornal? Por quê?

2) Seus pais costumam assistir a jornais? Em que horário: Pela manhã, à tarde ou à noite?

3) Enquanto seus pais assistem ao jornal, o que você faz? Brinca, lê, come, conversa, dorme ou assiste também? Por quê?

4) Se você pudesse escolher, qual seria o assunto tratado pelo jornal de hoje?

5) Agora, que tal fazer um desenho sobre este assunto que você escolheu?

ANEXOS

ANEXO III. Questionário 3: Sobre jornais (para pais e/ou professores)

Prezado pai e/ou responsável,

O questionário que se segue é parte integrante da pesquisa intitulada “Mídia: Verdades e Mentiras sobre a escola pública brasileira”, a qual está sendo realizada na escola “EEPG Prof. Dr. Carlos Araújo Pimentel”, com os alunos da segunda série do ensino fundamental do período vespertino.

Esta pesquisa visa fazer com que os alunos comparem as reportagens que assistem ou lêem nos jornais sobre a escola pública brasileira com o que vivenciam dia-a-dia em sua própria escola. Eles poderiam, assim, verificar as qualidades, os problemas e as possibilidades de melhora dentro da instituição escolar que freqüentam, ajudando inclusive na melhoria da mesma.

Para tal, é de extrema importância saber um pouco sobre a audiência destes jornais perante a família do estudante e, assim, peço que responda a este questionário. Asseguro que estes dados são estritamente confidenciais e que somente serão utilizados para fins de pesquisa.

Agradeço imensamente a cooperação,

Gabriela Fiorin Rigotti

(Pesquisadora/ Faculdade de Educação-Unicamp)

Nome: _____ Idade: _____

Profissão: _____

1) Você costuma assistir a algum jornal televisivo?

() Sim () Não

Qual? _____

2) Você costuma comprar jornais escritos?

() Sim () Não

Qual? _____

3) Se tivesse de escolher entre o jornal televisivo e o escrito, qual você escolheria? () Televisivo () Escrito

Por quê?

4) Assinale os assuntos que mais interessam você nestes jornais:

() Economia

() Esportes

() Saúde

() Lazer

() Educação

() Política

Outros _____

5) Se você pudesse escolher um assunto a ser tratado no jornal de hoje, qual seria?

Por quê?

6) Você acha importante seu(s) filho(s) assistirem e/ou lerem jornais? ()

Sim () Não

Por quê?

ANEXOS

ANEXO IV. Jornal do C.A.P.
(somente textos)

JORNAL DO C.A.P.

Segundas-séries
Período vespertino

Nesta nossa primeira edição - e esperamos que não seja a última - temos muito a contar. Afinal, são 4 horas por dia, 5 dias por semana, 4 semanas por mês...

Nesta vivência, não aprendem só os alunos, mas todos os que na escola se encontram, pois é nela que passamos boa parte de nossa vida.

Esperamos, com este jornal, mostrar um pouco de nosso cotidiano, revendo o que aprendemos neste semestre e, por que não, até criticando nossas próprias atividades.

Assim, todos, mesmo que distantes ou sem muito tempo, podem fazer parte de nossa vida!

Gabriela Fiorin Rigotti
Estagiária
Coordenadora do projeto "mídia"

PLANETÁRIO

Começamos com nossa visita ao planetário no dia 06 de outubro. Parece que as crianças gostaram muito:

“Nosso passeio foi muito legal. Vimos o nascer da lua, os planetas e como é uma noite bem estrelada. Vimos também as três-marias e um conjunto de estrelas que formam um escorpião no céu. Aprendemos que o planeta saturno é congelado e que possui gases tóxicos que podem até matar alguém como nós.”

PROJETO ÁGUA

E por falar em espaço, na verdade cerca de 80% de nosso planeta é constituído de água. Quem sabe nem deveria se chamar planeta Terra... Bem, sendo assim, parece que a água é muito importante para nós, não é?

“Começamos discutindo a poluição nos rios e mares e até fizemos uma experiência fazendo uma água suja ficar limpa!”

“Aprendemos que sem a água não sobreviveríamos e que, por isso, não devemos desperdiçá-la. Podemos usar a água para muitas coisas, como beber, tomar banho, nadar e até lavar objetos.”

“Para fechar nosso projeto, tomamos um gostoso banho de esguicho na aula de Educação Física...”

Festa da Primavera

A escola nos ensina a respeitar a natureza, começando pelas plantas aqui mesmo da escola. As flores, inclusive, foram comemoradas em nossa Festa da Primavera.

“Nossa festa foi no dia 07 de outubro. Montamos várias barracas: De pastel, de cachorro-quente, de sucos e refrigerantes, de pesca e de bingo. Cantamos para nossos pais.”

“Foi uma festa ótima, com brincadeiras como videokê e bingo. Havia também muita comida. Dançamos o que tínhamos ensaiado com Maurício e todos gostaram muito.”

A Hora do Recreio

Brincamos muito na festa, como fazemos todos os dias na hora do recreio.

futebol
 cabo de guerra
 pega-pega
 basquete
 vôlei
 amarelinha
 esconde-esconde
 queimada
 batata quente

Brincando na aula

Nós não brincamos só no recreio, não! Na sala de aula também...

“Fizemos um jogo de varetas pintando palitos de churrasco. Assim, aprendemos a pintar e contar ao mesmo tempo.”

“Jogo de varetas: Jogamos os palitos na mesa e tentamos tirar um sem mexer nos outros. Então, contam-se os pontos, que mudam com a cor do palito. Ganha quem conseguir fazer mais pontos.”

Novas Regras

E para todas as brincadeiras sempre darem certo, temos que seguir as novas regras do diretor. Afinal, temos o direito de brincar, mas também o dever de respeitar os demais...

Regra 1: Antes de entrar na fila, vá ao banheiro e tome água.

Regra 2: Filas por ordem de tamanho.

Regra 3: No recreio, bola e outras brincadeiras só depois de se alimentarem.

GABRIELA FIORIN RIGOTTI

**MÍDIA: VERDADES E MENTIRAS SOBRE A ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA**

**CAMPINAS
JULHO/2002**